

O BRASIL E AS OPERAÇÕES DE PAZ EM UM MUNDO GLOBALIZADO ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO



Prefácio

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

Organizadores

Kai Michael Kenkel
Rodrigo Fracalossi de Moraes

O CAPACETE AZUL E A FOLHA DE BORDO: AS CONTRIBUIÇÕES DO CANADÁ PARA AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU^{*, **}

A. Walter Dorn^{***}

Robert Pauk^{****}

1 INTRODUÇÃO

As operações de paz formam uma das atividades mais proeminentes e reconhecidas na Organização das Nações Unidas (ONU) e, talvez, a mais eficaz no alívio da violência e da guerra ao redor do mundo; entretanto, ironicamente, sequer foram mencionadas na Carta da ONU de 1945.

A justificativa de como as operações de paz emergiram no pós-Guerra, após a falha do sistema de segurança da ONU previsto no Capítulo VII da Carta, é uma história não somente de brilhantes improvisações sistêmicas em face de um terrível desespero, mas também de certos heroísmos pessoais durante os conflitos armados e até mesmo nos corredores desta organização. Algumas nações foram inicialmente céticas, mas logo acolheram a atividade; outras viriam a envolver-se muito mais tarde. Algumas desempenharam papel-chave no início e durante as primeiras décadas, tanto em Nova Iorque quanto no campo, e, então, “passaram a tocha” a uma nova geração de nações entusiasmadas.

O Canadá foi um dos mais firmes pioneiros, cuja contribuição declinou significativamente no século XXI, ainda que possa voltar a prover liderança no futuro. Decerto, o histórico das missões de paz da ONU e a história do Canadá estão entrelaçados em diversos pontos. Por exemplo, é fonte de orgulho para muitos canadenses que o então Ministro das Relações Exteriores do Canadá, Lester Pearson, tenha proposto o estabelecimento da primeira força de manutenção da paz da ONU, o que resultou na criação da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), a qual desempenhou papel fundamental na resolução da Crise de Suez,

* Os organizadores agradecem à Embaixada do Canadá no Brasil pela tradução deste capítulo para o português. Traduzido do inglês por Natália Maria Félix de Souza.

** Os autores agradecem ao Tenente-Coronel Jacy Barbosa, Oficial brasileiro em intercâmbio no Canadian Forces College (CFC) para o período, pela revisão detalhada deste texto. A. Walter Dorn também gostaria de agradecer ao General-de-Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz pelas conversas estimulantes e pelo *tour* pessoal de Cité Soleil no Haiti.

*** Professor de Estudos em Defesa no Royal Military College of Canada e no Canadian Forces College (CFC); e Presidente do Departamento de Assuntos Internacionais e de Segurança do CFC.

**** Ex-Oficial das Forças canadenses, com experiência em operações de paz.

em 1956, e na prevenção de uma escalada fatal, o que possivelmente levaria a uma guerra global. Por sua contribuição, foi concedido a Pearson o Prêmio Nobel da Paz, o que também lhe rendeu o título de “fundador das forças de manutenção da paz da ONU” junto ao então Secretário-Geral Dag Hammarskjöld – que se manteve inicialmente cético com relação à ideia. Anteriormente à UNEF, a ONU havia utilizado somente missões de observação desarmadas na manutenção da paz. Todavia, até mesmo naquelas missões pré-1956, o Canadá atuou como pioneiro, ainda que o termo “manutenção da paz” (*peacekeeping*) não tenha aparecido no vocabulário comum até o final dos anos 1950.

Este estudo tem como objetivo examinar a contribuição histórica do Canadá para as operações de paz da ONU, bem como sua condição no presente.

2 DESENVOLVIMENTO INICIAL: 1947-1956

Durante os primeiros anos da ONU, seu Conselho de Segurança teve sucesso limitado no seu “papel primário na manutenção da paz e segurança internacionais”. Com a falta de consenso no Conselho a partir do início da Guerra Fria, tornou-se logo evidente que a nova organização mundial, nascida da Segunda Guerra Mundial, havia, em grande medida, falhado em seu mandato de mantenedora da paz.

No pós-Guerra, a quebra do sistema de segurança da Carta da ONU (Capítulo VII) exerceu grande pressão na organização para que fossem buscadas outras formas de lidar com os conflitos. O Capítulo VI da Carta, referente à “resolução pacífica de disputas”, foi utilizado menos pelo Conselho de Segurança da ONU, inclinado ao veto, que pela Assembleia-Geral desta organização. Na realidade, foi esta última que começou a desenvolver procedimentos para auxiliar a resolução de disputas. Em 1947, a Assembleia-Geral da ONU estabeleceu missões/comissões de campo da ONU na Palestina, nos Bálcãs e na Coreia, fazendo uso do pessoal militar de Estados-membros.¹ Estes organismos desenvolveram procedimentos de investigação e observação que ajudaram as operações da ONU a lidar com questões de grande relevância e urgência.

O Canadá foi membro das missões na Palestina e na Coreia antes mesmo de seu comprometimento com a Guerra da Coreia. A Comissão Temporária das Nações Unidas na Coreia (UNTCOK) – 1947-1948 – foi uma tentativa de criar uma democracia na Coreia, mas desencadeou uma crise de gabinete atípica no Canadá (Dorn, 2005, p. 8-9). Quando o na época Primeiro-Ministro William Lyon Mackenzie King descobriu que os oficiais canadenses haviam sido enviados para a Coreia como parte da UNTCOK para ajudar a supervisionar as primeiras eleições coreanas – realizadas somente no sul –, ele repreendeu seu Secretário de Estado para Relações Exteriores,

1. O Conselho de Segurança da ONU havia estabelecido, em 1946, uma comissão consular com observadores na Indonésia (Índias Orientais Neerlandesas) para ajudar a supervisionar a resolução da disputa neerlandesa-indonésia, mas o Canadá não participou desta missão.

Louis St. Laurent. O Primeiro-Ministro King, que parecia acreditar que seu passado como intérprete de “tábuas *ouija*” lhe conferia poder de prever a ocorrência de uma guerra na Coreia, destacou com veemência que não gostaria que o Canadá tomasse parte nesta. Mas a estranha lógica de King não estava somente arraigada em seus receios ocultos sobre os futuros problemas no Oriente, mas também no fato de que ele era um isolacionista cuidadoso, querendo limitar o envolvimento do Canadá em um mundo perigoso. Ironicamente, o incidente serviu para o “amadurecimento” do Canadá, já que muitos dos ministros do gabinete de King ameaçaram se demitir caso a nação se retirasse da Comissão da ONU na Coreia. Dessa forma, o já envelhecido King teve de permitir a participação do país. Ainda que sua previsão sobre a guerra na Coreia se tenha provado correta, ele estava bastante equivocado em relação ao futuro isolacionista do Canadá. A nação tornou-se ardente defensora da ONU, especialmente de sua missão de promover a resolução pacífica de conflitos e a paz internacional. St. Laurent deu grande relevância a este ponto quando se tornou Primeiro-Ministro, em 1948, e declarou: “a vocação da ONU é a vocação do Canadá”.

Os observadores canadenses para as eleições coreanas atuaram conforme o planejado. Infelizmente, a missão terminou assim que a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se recusou a permitir observadores da ONU e a realização de eleições na Coreia do Norte. Após o início da Guerra da Coreia, em 1950, o Canadá contribuiu com 27 mil soldados autorizados pela ONU para exercer ação de policiamento e proteger o governo eleito da República da Coreia (Coreia do Sul). Ainda que esta tenha sido uma operação de imposição, e não de manutenção da paz, ela demonstrou o compromisso do Canadá com as Nações Unidas. Quinhentos e dezesseis soldados canadenses perderam suas vidas naquela guerra.

O Canadá também contribuiu no pós-Guerra com missões de observação da ONU em áreas geográficas consideradas “quentes”. Estas foram as primeiras missões de manutenção da paz da ONU – em especial, a missão de observação criada para lidar com a crise na Caxemira.

2.1 Grupo de Observadores Militares da ONU na Índia e no Paquistão

O fim do domínio colonial britânico sobre a Índia e a repartição desta entre Índia e Paquistão, em 1947, provocou uma disputa sobre a área fronteiriça da Caxemira, dando início, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, a um longo e complicado debate.

A Comissão das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão (UNCIP), estabelecida pelo Conselho, promoveu um cessar-fogo e, em 1º de janeiro de 1949, produziu o Acordo Karachi. Como forma de manter a paz alcançada, o Conselho de Segurança ampliou, por meio da Resolução nº 47, de abril de 1948, a participação da UNCIP e recomendou o uso de observadores para pôr fim aos embates

(ONU, 2011a). Estes viriam a tornar-se o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP), concebido para sustentar o acordo de paz, observar a preservação do cessar-fogo e reportar violações de ambos os lados com relação a estes pontos.

A criação da UNMOGIP pelo Conselho de Segurança foi anterior à criação de outra missão de observação, a Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO), voltada à atuação na Palestina. Entretanto, devido a um atraso nas operações da UNMOGIP, a UNTSO acabou sendo desdobrada em campo primeiro – em janeiro de 1949 –, e, por isto, a ONU considera a UNTSO como sua primeira operação de paz.

O Canadá contribuiu com quatro dos 35 membros originais da UNMOGIP, e em pouco tempo havia duplicado sua contribuição (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 102). Mais importante, o Canadá forneceu o Comandante Militar dos observadores, General-de-Brigada Harry Angle, em novembro de 1949. Foi motivo de honra que o comando da primeira missão de observação criada pelo Conselho de Segurança tivesse sido conferido a um general canadense; porém, a homenagem terminou tragicamente, quando o General Angle foi morto em um acidente de avião, em 17 de julho de 1950, enquanto executava suas funções. Ele permanece sendo o oficial canadense de mais alta patente morto em uma operação de paz da ONU. Durante os anos seguintes, diversos outros oficiais canadenses também serviram como comandantes desta operação (Gaffen, 1987, p. 167).

A UNMOGIP teve sucesso inicial considerável, embora tenha sido duramente afligida por diversas adversidades. Os observadores tiveram dificuldades em lidar com condições miseráveis, pouca alimentação e elevada altitude – por vezes, superior a 16 mil pés (cerca de 4.900 metros). Entretanto, os anos seguintes a 1949 assistiram a um gradual decréscimo das tensões entre os dois lados, e houve esperança de estabilidade. Infelizmente, no outono de 1963, a situação política deteriorou-se significativamente, tornando necessário um aumento na força da UNMOGIP. O Canadá recebeu demanda do Conselho de Segurança para prover uma aeronave Caribou, três pilotos e cinco tripulantes em terra (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 103). A aeronave chegou à Índia-Paquistão em junho de 1964 (Milberry, 1984, p. 329), ampliando a contribuição do Canadá para dezessete homens e fazendo deste o maior contingente nacional na missão (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 103). Após o início da guerra, em 1965, uma missão adicional de manutenção da paz foi estabelecida para supervisionar o cessar-fogo, e seu comando foi concedido a um general canadense.

A UNMOGIP permanece na Caxemira até os dias de hoje, assim como a primeira operação, criada em 1948.

2.2 Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua

A proclamação de independência pelo Estado de Israel, em maio de 1948, em meio ao intenso combate com seus vizinhos árabes, criou um enorme desafio para a recém-criada ONU.

Após as partes em conflito terem rejeitado duas demandas de trégua, foi finalmente atendida a terceira demanda do Conselho de Segurança por um cessar-fogo de trinta dias, disposta na Resolução nº 50, de 29 de maio de 1948. A resolução pedia que a supervisão da trégua fosse feita por um mediador da ONU e por um grupo de observadores militares, que chegaram em junho daquele ano, vindos da Bélgica, da França e dos Estados Unidos. Infelizmente, as hostilidades reiniciaram ao final daquele mês, culminando com o assassinato do mediador; isto, todavia, não impediu que acordos de armistício fossem assinados em seguida entre Israel e seus vizinhos árabes, após significativa mediação da ONU pelo mediador substituto, Ralph Bunche. A Resolução nº 73 de 1949 atribuiu novas funções à UNTSO, qual seja, especificamente, a de supervisionar os acordos entre Israel e seus vizinhos árabes, em especial, Egito, Jordânia, Líbano e Síria.

A UNTSO foi a segunda missão de observação criada pelo Conselho de Segurança em 1948, mas a primeira a ser efetivamente desdobrada no terreno. Ainda que seja somente missão de observação, representou uma evolução no desenvolvimento das operações de paz. Esforços anteriores, como o do Comitê Especial das Nações Unidas nos Bálcãs (UNSCOB), foram apenas comissões multinacionais que enviaram observadores para a obtenção de dados. A UNTSO, de maneira diferente, monitorou continuamente as linhas de cessar-fogo por meio do estabelecimento de postos fixos e de zonas de patrulhamento desmilitarizadas. A UNTSO investigou ainda disputas locais, um esforço para neutralizar situações que ameaçavam promover a escalada da violência – introduzindo, assim, elementos de persuasão e dissuasão (Hill e Malik, 1996, p. 29).

A participação do Canadá na missão teve início em fevereiro de 1954, quando quatro oficiais de seu exército foram destacados para a UNTSO. Logo após, em setembro, o Major-General canadense E. L. M. “Tommy” Burns foi apontado como Chefe da Missão. O General Burns foi repetidamente elogiado no Conselho de Segurança por seus serviços dinâmicos enquanto coordenador das operações terrestres (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 116-117), e manteve esta posição até sua designação como comandante de uma nova força, em novembro de 1956.

Durante o ano de 1956, o Canadá contribuiu com nove oficiais superiores para a UNTSO; em 1958, com quatorze; e um ano depois, com dezessete. Os números subiram para vinte oficiais durante a década de 1960 (Gaffen, 1987, p. 24).

A contribuição da UNTSO para a paz foi imensa, mas nenhuma operação, por mais completa que fosse, poderia evitar que futuras hostilidades reemergissem no Oriente Médio. A UNTSO assegurou presença internacional estabilizadora e facilitou o cessar-fogo e as negociações. Também adestrou e conferiu experiência para diversas tropas, facilitando o desdobramento para novas missões de manutenção da paz quando estas apresentaram, no estágio inicial, a necessidade de rápida mobilização. A primeira destas foi criada para solucionar a Crise de Suez de 1956.

3 DESENVOLVIMENTO DINÂMICO: 1956-1974

Após a criação das primeiras missões de observação, as operações de paz passaram por uma fase de desenvolvimento dinâmico como mecanismo de controle de conflitos – com o Canadá desempenhando, mais uma vez, papel-chave. Durante esse período, as operações da ONU foram não somente mais numerosas, mas também mais assertivas. Estas assumiram responsabilidades muito superiores à simples observação, tendo de separar os beligerantes, colocando-se entre estes, de maneira a impedir que pequenas agressões se tornassem guerras. A primeira destas missões ocorreu em 1956.

3.1 Primeira Força de Emergência das Nações Unidas

Após o então Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizar o Canal de Suez, em julho de 1956, Israel, Grã-Bretanha e França coordenaram um ataque ao Egito e exigiram que este último aceitasse a ocupação de Suez e de outras partes de seu território. Muitas nações condenaram a invasão, incluindo-se os Estados Unidos, que apresentaram resolução no Conselho de Segurança pedindo que Israel se retirasse e Grã-Bretanha e França se abstivessem do uso da força na área do canal por estes países ocupada. Quando a Grã-Bretanha e a França vetaram a resolução, a ação diplomática voltou-se para a Assembleia-Geral, onde o então Ministro das Relações Exteriores do Canadá, Lester Pearson, fez um discurso notável, dando à luz a primeira operação de manutenção da paz da ONU. Em seu discurso à Assembleia, ele declarou:

(...) dessa forma, nós precisamos de ação não somente para colocar um fim nos combates, mas também para fazer a paz (...). Precisamos de uma força da ONU grande o suficiente para manter estas fronteiras em paz, enquanto um acordo político está sendo articulado (Pearson, 1957, p. 9-10).

Após diversas consultas breves, incluindo uma que foi realizada com o então Secretário-Geral Hammarskjöld para persuadi-lo da praticabilidade do conceito, Pearson introduziu uma resolução na Assembleia-Geral, querendo

(...) o secretário-geral a submeter (...) em 48 horas um plano para o estabelecimento, com o consentimento das nações envolvidas, de uma força internacional de emergência da ONU, para assegurar e supervisionar o cessar das hostilidades (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 123).

Após extenso *lobby* por parte do Canadá e das nações igualmente empenhadas, a Resolução foi aprovada nas primeiras horas da manhã do dia 4 de novembro, por votação de 57 a 0, com 19 abstenções (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 123).

Em doze horas, o Secretário-Geral Hammarskjöld recomendou, e a Assembleia-Geral aprovou, o estabelecimento do Comando das Nações Unidas (UN Command) com o General Burns, então chefe de gabinete da UNTSO, como comandante. O Canadá também anunciou sua disposição em contribuir com tropas para a operação.

Um cessar-fogo tornou-se efetivo em 7 de novembro; em 15 de novembro, unidades avançadas da UNEF chegaram à Zona do Canal. Em meados de dezembro, a força estava plenamente operacional e, em pouco tempo, as tropas britânicas e francesas completaram a retirada. Dirigindo-se à Assembleia, em 23 de novembro, Pearson anteviu que esta “Força das Nações Unidas, sob o controle da ONU (...) pode ser o início de algo maior e mais permanente na história de nossa organização, (...) a organização da paz através da ação internacional” (Pearson, 1957, p. 9-10).

De fato, a UNEF foi um fenômeno novo nas operações de paz, muito além das anteriores missões de observação desarmadas, tais como a UNTSO ou a UNMOGIP. Tratou-se de força internacional, com contingente de 6 mil homens, provenientes de dez países, que formaram uma barreira armada entre os combatentes. Em consonância com as previsões de Pearson, a UNEF inaugurou uma nova era de operações de paz da ONU, utilizando maior grau de força. E, em consonância com seu papel criativo na concepção da UNEF, o Canadá desempenhou muitas funções desde o início da missão, além de prover o comandante da força.

O Canadá já havia contribuído enormemente com o Grupo de Consultores Militares na sede da ONU durante o planejamento da UNEF. Para implantar a UNEF, o Canadá ajudou com o transporte de suprimentos e equipamentos da missão da Itália para o Egito. Dois esquadrões canadenses enviaram doze aeronaves de transporte militar C-119 para o Aeroporto de Capodichino, próximo a Nápoles, na Itália, onde rapidamente passaram a integrar a Unidade de Transporte Aéreo 14 (ATU 14), iniciando o transporte massivo de tropas da ONU e de suprimentos. A UNEF empregou quase todas as aeronaves de transporte de longo alcance que a Força Aérea Real Canadense (RCAF – Royal Canadian Air Force) possuía naquela época. Quando a operação de transporte intensivo foi concluída, em janeiro de 1957, quatro C-119 permaneceram em Capodichino para abastecer as forças da UNEF. Ademais, outra unidade, a 115, foi formada em El Arish, com três Dakotas e quatro Otters, os quais sustentaram toda a operação no Sinai até o final da retirada da UNEF (Milberry, 1984, p. 311).

A ONU também pediu ao Canadá que contribuísse com uma companhia de comunicações, um hospital de campanha, uma companhia de transporte e um

esquadrão de comunicações da RCAF. Seguiu-se a isto rápido desdobramento destas unidades, e, em 6 de dezembro, quase trezentos canadenses estavam no Egito, atendendo ao pedido inicial da ONU. Os comunicantes canadenses foram distribuídos entre os vários contingentes nacionais, de forma que eles serviam em qualquer localidade que a UNEF fosse empregada.

Então, em 17 de dezembro, o Canadá autorizou o envio de três novas unidades para atuarem na UNEF, assim como um componente aéreo para comunicação e observação e também oficiais para a equipe do General Burns. Esta segunda leva de canadenses para a UNEF foi transportada para o Egito pela única companhia de transporte aéreo do Canadá, a HMCS Magnificent. Esta deixou Halifax em 29 de dezembro, com 405 pessoas, consistindo em 140 comunicantes (Royal Canadian Signalers), 140 engenheiros eletricitas e mecânicos (Royal Canadian Electrical and Mechanical Engineers), 91 especialistas em logística do Royal Canadian Army Service Corps e 31 militares destinados ao quartel-general. A Magnificent também transportou 100 toneladas de provisões, 230 veículos e quatro aeronaves leves, chegando em Port Said em 11 de janeiro de 1957 (Gaffen, 1987, p. 46). Esta mobilização indicou o nível de comprometimento do Canadá com o novo empreendimento para o qual era a nação líder.

Em março de 1957, outros 105 integrantes do 56^o Esquadrão de Reconhecimento, bem como quarenta especialistas de diversas áreas, foram levados para o Egito. Em pouco tempo, as 29 viaturas de escolta Ferret do esquadrão chegaram. O contingente canadense, em breve, somaria cerca de 1 mil integrantes, mais de 20% da força total de 4.700 – em média – da UNEF (*op. cit.*, p. 46-48).

Inicialmente, a UNEF foi interposta entre as tropas egípcias e anglo-francesas em torno do Canal de Suez, e entre as tropas egípcias e israelenses no Sinai. Quando as tropas anglo-francesas se retiraram, em dezembro de 1956, a UNEF exerceu temporariamente o controle do Canal de Suez, até as unidades egípcias chegarem. Da mesma forma, conforme os israelenses se retiravam do Sinai e, depois, da Faixa de Gaza, em março de 1957, a UNEF ocupou o Sinai, o que foi uma operação perigosa, devido aos muitos campos minados, e que resultou na primeira de muitas baixas canadenses na UNEF.

Os canadenses também estiveram entre as primeiras tropas da ONU a se deslocarem para o interior da Faixa de Gaza. Eles estabeleceram um centro de comunicações na cidade de Gaza, em 12 de abril de 1957, que operou por mais de uma década, até 29 de maio de 1967. O Esquadrão de Reconhecimento Blindado Canadense (Canadian Armored Reconnaissance Squadron) tinha seu quartel-general em Rafah Camp, na extremidade sul da Faixa de Gaza. A unidade patrulharia a área até 15 de fevereiro de 1966. O reconhecimento aéreo da UNEF pelos canadenses estendia-se do extremo norte do Golfo de Aqaba, através da costa do

Sinai, até o Estreito de Tiran (Graffen, 1987, p. 51). As aeronaves Dakota canadenses no aeroporto de El Arish foram utilizadas para voos de transporte na região. Como citado anteriormente, as aeronaves Otter faziam voos de reconhecimento diário, também através da fronteira internacional entre Egito e Israel, bem como da Linha de Demarcação de Armistício entre a Faixa de Gaza e Israel (*op. cit.*, p. 55).

A UNEF patrulhou a fronteira entre Egito e Israel entre novembro de 1956 e maio de 1967 – por quase onze anos. Então, em 1967, ventos de guerra sopraram novamente através do Oriente Médio conforme a situação entre Israel e seus vizinhos árabes se deteriorava, ao ponto de nenhuma operação de paz ser capaz de impedir a formação da tempestade. O Egito solicitou a retirada da UNEF e o então Secretário-Geral da ONU aquiesceu a esta exigência, após uma visita sem sucesso ao Egito para pedir ao Presidente Nasser que mantivesse a presença da UNEF. Para o grande pesar de Lester Pearson, agora Primeiro-Ministro do Canadá, a retirada da UNEF teve início e, em seguida, irrompeu a guerra.

Mas, nesse ponto, as operações de paz já se haviam tornado um instrumento bem estabelecido. Dois anos após a implementação da UNEF, em 1956, a ONU respondeu a outra crise no Oriente Médio estabelecendo mais uma missão: o Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano (Unogil). O Canadá contribuiu com 10% da força, que foi instruída a descobrir qualquer transporte ilegal de armas para as forças rebeldes. A observação aérea permitiu que se monitorasse todo o país, tendo se tornado parte bastante relevante da operação da ONU, especialmente quando os observadores a bordo localizaram comboios de veículos possivelmente contrabandando armas para o Líbano. Os reconhecimentos aéreos, quando conduzidos em horários de escuridão, entre 6 e 12 de julho de 1958, descobriram que comboios noturnos estavam se movendo ao norte da Síria para o interior do Líbano através da fronteira norte deste último.² Um rápido desdobramento de fuzileiros norte-americanos ocorreu em julho de 1958, e o Unogil, quando fortalecido, facilitou a retirada americana. Com este objetivo, o Canadá contribuiu com quantia adicional de cinquenta observadores. A força da missão atingiu 591 integrantes, incluindo 75 canadenses (*op. cit.*, p. 148).

A utilidade do reconhecimento aéreo comprovou-se nas missões de Suez/Sinai e do Líbano, e então novamente na Missão de Observação das Nações Unidas no

2. Telegramas do Unogil fizeram referência de que: "(...) uma quantia considerável de tráfego noturno em direção ao sul era observada todas as noites... em baixa velocidade, como se os veículos estivessem extremamente carregados. Na primeira noite, mais de cinquenta veículos foram observados aqui, e nas noites subsequentes as aeronaves descobriram, com certeza, comboios de, ao menos, 20, 10, 25 e 25 veículos, respectivamente. Apesar da quase permanente observação aérea da área durante as horas de escuridão, não é possível afirmar que todo o tráfego existente tenha sido visto. A razão disso é que os comboios se movem com grande cuidado e precaução. Eles aparentemente apagam as luzes antes de entrar no Líbano... Ademais, os comboios agora estão empregando um sistema de alarme com lanternas no topo das colinas, para alertar os veículos para apagarem os faróis quando as aeronaves se aproximam. Aviões também estiveram sob leve rajada de metralhadoras neste território liderado por rebeldes ao menos duas vezes". Ver ONU (1958).

Iêmen (UNYOM). A fim de observar os acordos de cessar-fogo entre as forças interventoras da República Árabe Unida (Egito) e as forças apoiadas pela Arábia Saudita, a operação da ONU precisava de aeronaves para vigiar o território montanhoso do Iêmen. Em 19 de junho de 1963, o Canadá concordou em fornecer à UNYOM duas aeronaves Caribou e uma Otter, pessoal para operação e manutenção da unidade aérea, assim como um assessor aeronáutico (*air adviser*) para o comandante da força.

A tripulação aérea e de manutenção para os helicópteros H19 também foi fornecida na medida de sua disponibilidade.³ As equipes de solo da RCAF tiveram de lidar com a penetração de poeira e sal em todas as partes da aeronave (Graffen, 1987, p. 80-81). Quando a operação se retirou, em 1964, após 14 meses, o melhor que podia ser dito é que esta tinha exercido influência moderadora nas atividades hostis da área. Em seu auge, a força militar da UNYOM totalizava 150 integrantes, dos quais cinquenta eram canadenses (*op. cit.*, p. 261). A disputa no Iêmen continuaria até a guerra de 1967 entre Egito e Israel compelir o Egito a retirar suas tropas do Iêmen. Três anos depois, as partes chegaram a um acordo no Iêmen e a guerra chegou ao fim.

A maior e mais dura missão durante a Guerra Fria, contudo, aconteceu na África, onde a ONU teve sua mais difícil experiência de intervenção durante guerras civis.

3.2 Operação das Nações Unidas no Congo

A Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC – Opération des Nations Unies au Congo), de julho de 1960 a junho de 1964, foi um marco na história das operações de paz da ONU. O auge de sua força militar foi de quase 20 mil homens, dos quais 420 eram canadenses (*op. cit.*, p. 260). Além disso, havia um componente de operações civis – entre 1963 e 1964 – formado por 2 mil especialistas (ONU, 2011b, parte 3), dos quais muitos eram canadenses.

A ONUC foi uma operação extremamente complexa, cujo mandato teve de ser frequentemente alterado, de maneira a responder às rápidas mudanças na situação no Congo. A operação também foi bastante custosa, tanto em termos financeiros quanto de vidas: 245 militares foram mortos – três dos quais eram canadenses –, assim como o então Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld (ONU, 2011c).

O desdobramento inicial foi rápido, sob a liderança de Hammarskjöld. Em 15 de julho de 1960, a ONUC já dispunha de 1.200 soldados no Congo; um mês depois, o número excedia 14 mil, vindos de 24 países (Gaffen, 1987, p. 219). Um ano depois, a contagem seria de 19.828 (ONU, 2011c), bem como

3. Ver arquivos de junho e agosto de 1963 da ONU, disponíveis em: <<http://archives-trim.un.org/webdrawer/rec/151860>>.

cerca de 2 mil especialistas técnicos civis. O Canadá participou da ONUC desde seus primórdios. Em 18 de julho de 1960, aviões North Star da RCAF transportaram 9 toneladas de carne de porco enlatada e 9 toneladas de leite em pó para o Congo, de forma a aliviar a escassez de alimentos. Seguiu-se a isto, em agosto de 1960, o transporte de militares do Canadá para o país. Além disso, duas aeronaves canadenses C-119 transportaram homens, veículos e equipamentos no interior do Congo até o início de dezembro.

Após completada a fase de desdobramento inicial, dois oficiais sêniores permaneceram para administrar a operação aérea da ONUC, formada por integrantes de onze nacionalidades, pilotando 78 aeronaves de treze modelos diferentes. A RCAF fez 392 voos para transportar 4 milhões de toneladas de carga e 11.746 passageiros (*op. cit.*, p. 223).

Os canadenses bilíngues serviram em diversas funções no Congo. O quartel-general da operação possuía canadenses e cerca de doze policiais militares, mas a comunicação era o papel primário do Canadá, o qual já havia sido desempenhado pelo país de forma extensiva na UNEF. O esquadrão de comunicações foi sediado em Leopoldville, com muitos destacamentos espalhados no vasto interior congolês, com as localidades mudando de acordo com as necessidades da força da ONU. A unidade de comunicações canadense somava 280 pessoas (*op. cit.*, p. 227) e, em determinado ponto, o número total de canadenses servindo à ONUC era de 420.

Ironicamente, mesmo após o início da retirada gradual das forças da ONU do Congo, houve profunda contribuição canadense com a operação. Quando a força da ONU foi reduzida de quase 20 mil para 5.500 integrantes, militares renegados, conhecidos como *jeunesse*, começaram a perpetrar atrocidades contra missionários e funcionários humanitários em diversas províncias, assim como nas aldeias em chamas. O chefe do gabinete da ONUC, General canadense Jacques Dextraze, reuniu uma força para resgatar os missionários e proteger as vítimas contra a violência da *jeunesse*. As missões de resgate envolviam rápido desdobramento de uma equipe de resgate por meio de helicópteros, frequentemente sob ataque, e a evacuação aérea dos missionários reunidos por uma equipe de combate terrestre, com apoio da artilharia aérea dos helicópteros de ataque. Uma aeronave Otter canadense foi responsável pelas funções de reconhecimento e comando e controle.

O término da ONUC precipitou uma melancolia na ONU com relação às grandes e complexas missões em conflitos africanos em que não houvesse acordo prévio entre as partes. A terrível tragédia no Congo também foi acompanhada por enormes danos financeiros causados pela ONUC às Nações Unidas, que, por longo período, se afastaram de operações custosas como esta. Mas, enquanto a ONUC estava em funcionamento, outras ambiciosas iniciativas da ONU estavam em progresso.

3.3 Autoridade Temporária Executiva das Nações Unidas e Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental

Quando os Países Baixos transferiram a soberania do arquipélago indonésio para a Indonésia, em dezembro de 1949, a parcela ocidental da Nova Guiné não foi incluída, uma vez que os neerlandeses acreditavam que esta deveria permanecer independente, ou ao menos votar para decidir seu próprio futuro. Contudo, a Indonésia, liderada pelo então Presidente Sukarno, considerou a Nova Guiné Ocidental como parte integral do território indonésio, dando início a algumas negociações entre os dois países sobre a questão. Em janeiro de 1962, Sukarno, insatisfeito com as negociações, atacou Nova Guiné Ocidental com navios torpedeiros, que foram repelidos pela marinha neerlandesa, ao que se seguiu o envio de tropas paraquedistas indonésias para a Nova Guiné Ocidental.

A disputa teve repercussões internacionais mais profundas quando os Países Baixos enviaram reforços e o governo de Sukarno adquiriu caças supersônicos, equipamentos navais e outros armamentos da URSS (Thant, 1977, p. 48).

O então Secretário-Geral da ONU, U Thant, fez uma série de apelos a ambos os governos, e negociações foram estabelecidas durante o ano de 1962. Sob significativa pressão da ONU e dos Estados Unidos, as partes chegaram a um acordo em agosto (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 165), que estipulava a transferência temporária da administração do território para a ONU.

A Autoridade Temporária Executiva das Nações Unidas (Untea) foi estabelecida com esse objetivo. Esta abriu um incrível precedente, já que, pela primeira vez na história, a própria ONU iria administrar um vasto território, colocado sob a jurisdição do Secretário-Geral. Isto incluiu diversas tarefas, tais como: garantia de suprimentos essenciais; emprego; treinamento de pessoal local para a administração e o trabalho técnico; e trabalhos públicos, como escolas, escritórios do governo, estradas, aeroportos e abastecimento de água (*op. cit.*, p. 165-166). Foi acordado que a administração seria, então, transferida para a Indonésia, e que esta conduziria um plebiscito para determinar se as pessoas desejavam manter ou cortar os laços com a Indonésia. Além da Untea, uma Força de Segurança das Nações Unidas (UNSF), de 1.500 militares, fornecida pelo Paquistão, também foi estabelecida para auxiliar a administração da ONU e proporcionar segurança.

O Canadá forneceu suporte aéreo à missão. Duas aeronaves anfíbias Otter, com tripulação de voo e manutenção, foram transportadas para a Nova Guiné em dois C-130 (Milberry, 1984, p. 328). O Canadá também forneceu um tenente-coronel aviador como conselheiro aéreo para a UNSF estabelecida na capital, Hollandia. O contingente canadense contava com treze homens. Com exceção do tenente-coronel, eles permaneciam estacionados na remota ilha de Biak e transportavam homens e suprimentos pelo oceano e pelas florestas para Fak Fak. Sua missão enfrentava muitas dificuldades,

inclusive a falta de aparelhos de navegação modernos e de informação meteorológica, assim como dificuldades de comunicação. Ademais, Biak era muito isolada, com escassez de alimentos e outras adversidades. Aparentemente, cada tripulante perdeu de 8 a 10 libras (3,6 kg a 4,5 kg) no primeiro mês (Gaffen, 1987, p. 212).

Conforme o acordo entre os Países Baixos e a Indonésia, a autoridade administrativa plena do território foi transferida para a Indonésia em maio de 1963 e, em 1969, o país declarou que a população havia decidido permanecer em seu território. Embora breve (1962-1963), a administração transitória do território pela ONU ganhou a reputação de ser um dos mais ambiciosos empreendimentos das operações de manutenção de paz da ONU durante a Guerra Fria (Durch, 1993b, p. 285). Esta tinha conseguido transformar um conflito militar que escalava, com a possibilidade de envolver grandes potências na Guerra Fria, em um acordo capaz de ser resolvido pacificamente, mesmo que não tenha sido completamente satisfatório para ambas as partes.

Enquanto isso, ganhava forma uma disputa entre dois membros da Aliança do Atlântico Norte: Grécia e Turquia.

3.4 Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre

Durante a década de 1950, o Chipre estava dividido por um amargo conflito, no qual cipriotas gregos lutaram pela *enosis*, ou a união do Chipre com a Grécia, enquanto cipriotas turcos, que compunham cerca de 20% da população, resistiam firmemente. Em 1960, um arranjo constitucional que dividia o poder entre as duas comunidades foi firmado, fazendo do Chipre uma república independente da Grã-Bretanha, arranjo este que funcionou até 1963, quando o líder grego e, na época, Presidente do Chipre, Arcebispo Makarios, propôs mudanças constitucionais que implicariam redução dos direitos dos cipriotas turcos. Teve início, então, uma violência brutal e os governos do Chipre e do Reino Unido buscaram a assistência do Conselho de Segurança. Em 4 de março de 1964, a Resolução nº 186 de 1964 criou a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP), com o objetivo de “(...) contribuir com a manutenção e a restauração da lei e da ordem e o retorno às condições normais” (ONU, 2011d).

O Canadá foi chamado a contribuir com essa nova operação de manutenção da paz e desempenhou papel primordial em sua formação efetiva. Em 12 de março, anunciou que iria participar da UNFICYP, sendo o único país que se comprometeu a fazê-lo. A pressão aumentou quando a Turquia anunciou que iria intervir militarmente, caso a força da ONU não fosse desdobrada na ilha em poucos dias. Segundo o professor King Gordon: “(...) é geralmente aceito que, nesse período de grande tensão internacional, foi o Secretário de Estado para Assuntos Externos do Canadá, Sr. Paul Martin, quem salvou a paz” (Gordon, 1964, p. 335).

Após consultar o então Secretário-Geral U Thant em Nova Iorque, Martin solicitou a diversos países para que reunissem mais tropas, tendo garantido o apoio da Suécia. Em poucos dias, a força estava a caminho. O contingente canadense foi instalado com grande rapidez, graças à RCAF, e foi o primeiro a tornar-se operacional, o que ajudou a persuadir a Turquia a cancelar a invasão (Gaffen, 1987, p. 87).

O Canadá desempenhou outro papel inovador na UNFICYP. Lester Pearson, então Primeiro-Ministro do Canadá, estabeleceu a necessidade de apontar um mediador que iria buscar um acordo para o problema cipriota, enquanto tropas terrestres ajudavam a manter a paz (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 172). O Secretário-Geral forneceu, então, um mediador, com o objetivo de promover acordo para o conflito, o que representou importante evolução para as operações de paz da ONU, uma vez que a mediação de acordos políticos por esta organização era tão vital quanto suas operações de paz (Hill e Malik, 1996, p. 45).

O grupamento avançado canadense chegou ao Chipre em 15 de março de 1964. No dia seguinte, voos da RCAF começaram a chegar ao país com o contingente canadense de 1.100 homens, formado por um batalhão de infantaria, um esquadrão de reconhecimento e tropas de apoio (Gaffen, 1987, p. 87-88). Os veículos e os materiais pesados chegaram duas semanas depois, no último porta-aviões canadense, o Bonaventure. Na maior parte de sua estadia no Chipre, os canadenses foram posicionados na capital cipriota, Nicósia, onde embates intercomunais tinham sido intensos. Uma zona tampão chamada “linha verde” (*green line*) havia sido estabelecida para separar os cipriotas gregos dos cipriotas turcos. Os canadenses também desempenharam uma variedade de outras tarefas, tais como o provimento de escoltas entre Nicósia e Kyrenia, no norte do país. As condições eram duras para os canadenses, que tiveram de viver em prédios abandonados ou tendas pelos primeiros dois anos.

A UNFICYP teve sucesso em reduzir a tensão na ilha e, em razão disto, o tamanho da força foi reduzido de 6.500 homens – dos quais cerca de 1.100 eram canadenses –, em 1965, para cerca de 3.500 homens – dos quais cerca de 480 eram canadenses –, entre 1969 e 1974 (*op. cit.*, p. 96). No entanto, um acordo político não foi atingido, uma vez que os gregos insistiram em um Estado unitário por eles controlado, mas sem recursos para proteger a minoria turca, o que constituía parte de seu acordo constitucional prévio feito com os turcos.

Em julho de 1974, um repentino golpe de Estado por parte das Forças da Guarda Nacional Cipriota Grega apoiando a *enosis* precipitou a intervenção no Chipre pela Turquia, em apoio à minoria turca. A UNFICYP teve de lidar repentinamente com uma invasão em larga escala e uma guerra total entre turcos e gregos na ilha. A sede da ONU em Nova Iorque só podia dizer ao Comandante da UNFICYP, General Prem Chand, que fizesse seu melhor “para limitar a violência e proteger civis”, o que foi feito heroicamente pela força, acarretando muitas baixas

de *peacekeepers*. Durante e imediatamente após a guerra de 1974, 74 soldados da ONU foram baleados, dos quais nove foram mortos (ONU, 1974, p. 11).

Em face da renovação das hostilidades, em 1974, o Canadá quase dobrou sua contribuição para a UNFICYP, aumentando seu contingente de 480 para 950 integrantes (Gaffen, 1987, p. 96). Os soldados canadenses desempenharam papel-chave na limitação da violência durante a guerra de 1974, incluindo sua ocupação do aeroporto de Nicósia, prevenindo-o, assim, de ser invadido. Os canadenses também desempenharam papel central ao colocar o Hotel Ledra Palace, em Nicósia, sob controle da ONU, e ao evacuar os funcionários da ONU de áreas sob fogo cerrado.

Quando um cessar-fogo entrou em vigor, em 16 de agosto de 1974, a ilha de Chipre estava dividida, com a Turquia controlando o terço norte, e os gregos controlando os dois terços ao sul. Nicósia permanecia repartida tal como antes da guerra, mas a “linha verde” agora se estendia sobre toda a ilha, de leste a oeste, atravessando 180 quilômetros. Até hoje, Nicósia permanece a única capital dividida do mundo – sendo que Jerusalém é exceção discutível.

Após a guerra, atribuiu-se novamente aos canadenses a responsabilidade sobre a área altamente sensível de Nicósia, e eles permaneceram no Chipre até 1993. Em quase três décadas de serviço na ilha dividida pela guerra, 21 canadenses haviam sido mortos (*op. cit.*, p. 274).

Quando a UNFICYP foi criada, em 1964, o Canadá ainda experimentava sua “Era de Ouro” nos assuntos estrangeiros. O país foi reconhecido, após 1956, como um dos mais comprometidos e competentes do mundo para a manutenção da paz, confiança que também foi demonstrada quando o Canadá assumiu a liderança de uma operação de paz para lidar com uma crise em outra área do mundo.

3.5 Missão de Observação das Nações Unidas na Índia-Paquistão

Em abril de 1965, teve reinício a luta entre Índia e Paquistão, a qual passou a se estender por toda a fronteira.

Ambos os lados aceitaram o pedido do Conselho de Segurança por um cessar-fogo em setembro e, em torno da Caxemira, a UNMOGIP continuou suas tarefas, tendo sido reforçada por trinta observadores, dos quais dez eram canadenses (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 103). Contudo, como a guerra havia tomado conta de toda a fronteira do subcontinente, ao mesmo tempo em que a autoridade da UNMOGIP ainda era limitada somente à Caxemira, o Conselho criou outra missão de observação, cujo objetivo seria monitorar a nova linha de cessar-fogo que se estendia por toda a área de fronteira de 1.600 km a oeste da Caxemira até uma região chamada Rann of Kutch. A nova missão era a Missão de Observação das Nações Unidas na Índia-Paquistão (Unipom).

Foi solicitado que o Canadá liderasse a missão. O General-de-Brigada Bruce Macdonald, Ex-Comandante da Zona de Nicósia da ONU no Chipre, foi promovido a Major-General e nomeado Comandante da Unipom, em setembro de 1965. Ele era responsável por cerca de cem observadores desta missão, doze dos quais eram oficiais canadenses. Ademais, a RCAF forneceu o conselheiro aeronáutico sênior da missão (*senior air adviser*), assim como a Unidade de Transporte Aéreo (ATU) 117. Dois Caribous partiram de Trenton, uma das principais bases aéreas canadenses, com tripulações e equipamentos suficientes para um ano, chegando a Lahore em 5 de outubro. Pouco tempo depois, decidiu-se por reunir os recursos das aeronaves das duas missões, o que significou a inclusão do Caribou canadense da UNMOGIP e de sua tripulação. No total, a ATU 117 foi composta por três Caribous e três Otters, assim como suas tripulações e seus funcionários de manutenção (Milberry, 1984, p. 330). A participação total do Canadá na Unipom somava 112 integrantes (Taylor, Cox e Granatstein, 1968, p. 104 e 196).

A Unipom foi um grande sucesso e desempenhou importante papel na restauração da paz, ao demonstrar que uma operação de manutenção da paz da ONU poderia aumentar a estabilidade ao longo da linha de cessar-fogo, enquanto negociações tratavam do desengajamento permanente. Após uma conferência de paz mediada pelos soviéticos em Tashkent, ambos os exércitos retiraram-se para seus respectivos lados da fronteira internacional, em fevereiro de 1966.

O término da Unipom deixou a UNMOGIP com a missão de continuar a monitorar a sensível área da Caxemira. Apesar de a questão da Caxemira permanecer, o problema de dois exércitos hostis engajados através de toda a fronteira havia sido resolvido, e esta missão havia provado como as operações de paz poderiam rapidamente estabilizar um conflito militar, enquanto as negociações tratavam de resolução mais detalhada.

Enquanto isso, no Oriente Médio, a tensão continuava a escalar após a derrota do Egito na guerra de 1967.

3.6 Segunda Força de Emergência das Nações Unidas

País vencedor da Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel terminou a guerra ocupando parcelas significativas dos territórios egípcio, sírio e jordaniano. Esperava-se que as negociações fossem restaurar, subseqüentemente, os territórios árabes perdidos, em troca de compromissos com a paz, mas as hostilidades e o impasse prevaleceram. Finalmente, em 6 de outubro de 1973, o Egito e a Síria lançaram um ataque coordenado contra Israel para recapturar seus territórios perdidos.

Os árabes valeram-se do elemento surpresa ao atacarem Israel no feriado judeu de Yom Kippur e alcançaram ganhos significativos no início, o que induziu a Jordânia a se unir ao Egito e à Síria na guerra; Israel, contudo, foi capaz de virar o jogo e reaver a maior parte dos territórios que os árabes haviam acabado de recapturar. Além disso, Israel bombardeou Damasco e cercou o Terceiro Exército egípcio no Sinai, o que causou temores de uma intervenção soviética em favor do Egito. Em 22 de outubro, um cessar-fogo entrou em vigor brevemente, mas as hostilidades reiniciaram, até que intensa pressão americana e soviética levasse à aceitação de nova demanda por cessar-fogo, contida na Resolução nº 340, de 25 de outubro de 1973 (ONU, 2011e), a qual foi aceita pelas partes no dia seguinte.

A Resolução nº 340 exigia o retorno de todas as forças às posições de 22 de outubro e aumentava o número de observadores da UNTSO. Estabelecia ainda uma nova missão de manutenção da paz chamada Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF II), para atuar como tampão no Sinai, e pedia ao Secretário-Geral da época para relatar tais arranjos em 24 horas.

A UNEF II rapidamente se interpôs entre os exércitos rivais, estabeleceu postos de observação e controle, conduziu patrulhas e preveniu o avanço dos exércitos. O auge da contribuição do Canadá atingiu 1.145 militares (Gaffen, 1987, p. 261), quase 17% da força. O papel do Canadá era logístico, sendo que o General canadense D. Nicholson liderou uma equipe de avaliação de onze homens, que analisou os requisitos logísticos para toda a UNEF II. Sem um suporte prévio, os canadenses rapidamente criaram um sistema de apoio logístico. Um contingente logístico polonês viria a desempenhar também papel-chave, mas os israelenses se recusaram a permitir que a Polônia, que era membro do bloco soviético e, portanto, aliada do Egito, entrasse em suas áreas de operações. Os canadenses tiveram, então, de assumir tarefas adicionais. Vale ressaltar que os canadenses tornaram-se operacionais muito antes e fizeram o trabalho dos poloneses durante vários meses.

Em novembro de 1973, o Canadá concordou em fornecer uma unidade de comunicações (*canadian signals unit*). Um transporte aéreo massivo naquele mês, composto por vinte voos, transportou 481 militares, 43 veículos e 115 toneladas de equipamentos em três dias. Ainda naquele mês, o Canadá concordou em fornecer uma companhia de abastecimento, uma companhia de manutenção, um destacamento postal, um destacamento da polícia militar, uma unidade de controle de movimento e uma unidade de transporte aéreo. A última, a ATU 116, utilizou-se de duas aeronaves Buffalo e cinquenta técnicos para dar suporte logístico para toda a operação da UNEF II (Gaffen, 1987, p. 116).

Uma das tarefas iniciais dos canadenses era a de entregar alimentos e água ao Terceiro Exército egípcio, que estava cercado, o que havia ameaçado uma intervenção

soviética na guerra. Os canadenses logo se desdobraram na linha de frente de ambos os lados do Canal, incluindo-se Rabah e Ismailia (Gaffen, 1987, p. 117-128).

As duas maiores unidades canadenses da UNEF II eram o 73º Batalhão de Serviços e o 73º Esquadrão de Comunicações, além dos quarenta canadenses trabalhando entre os funcionários da sede da ONU. Entre 26 de novembro e 6 de dezembro, um segundo grupo de canadenses foi transportado ao Egito, de forma que todos os 1.100 canadenses estavam no Egito em fevereiro de 1974. A posição envolvia sérias dificuldades. Gastroenterite não era incomum e chuviros eram quase inexistentes. Em 9 de agosto de 1974, uma aeronave canadense Buffalo da ATU 116 foi derrubada pela Síria em Ismailia, durante um voo de rotina para Damasco, matando todos os nove canadenses a bordo. Várias décadas depois, o Parlamento canadense estabeleceu o Dia Nacional do Peacekeeper, em 9 de agosto, para celebrar o sacrifício.

A conclusão do Tratado de Paz do Oriente Médio entre Egito e Israel, em 26 de março de 1979, precipitou o fim da UNEF II. Estava claro que os soviéticos vetariam a renovação da força e, então, o Conselho de Segurança permitiu que o mandato da UNEF II expirasse em 24 de julho de 1979. Para monitorar a implantação dos Acordos de Camp David, incluindo-se a retirada dos israelenses de todo o Sinai, uma força multinacional e observadores foram reunidos fora dos auspícios da ONU, com a qual o Canadá contribuiu com 140 integrantes.

O sucesso da UNEF II foi imenso e não pode ser subestimado. Foi a única força de manutenção da paz na região encerrada com um tratado de paz. Além disso, a paz entre Egito e Israel mudou o Oriente Médio, embora não tenha solucionado o problema da ocupação israelense do território sírio, desde 1967.

3.7 Força das Nações Unidas de Observação da Separação

Conquanto a UNEF II havia sido rapidamente desdobrada em outubro de 1973, nenhuma nova operação de manutenção da paz foi estabelecida entre as forças israelenses e sírias em torno das Colinas de Golá. Assim, a tensão permaneceu alta na frente síria. Esta se tornou extremamente instável em março de 1974, levando o então Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, a mediar um acordo de separação entre Israel e Síria, assinado em 31 de maio de 1971. Naquele dia, o Conselho de Segurança adotou a Resolução nº 350 de 1974, que estabelecia a Força das Nações Unidas de Observação da Separação (UNDOF) para supervisionar o acordo. A UNDOF funciona até os dias de hoje.

A UNDOF mantém e ocupa uma zona tampão nas Colinas de Golá, cujo comprimento é de 75 quilômetros e cuja largura varia entre 200 metros e 10 quilômetros

(ONU, 2011f). As forças israelenses e sírias estão nos extremos opostos desta zona e suas linhas de frente envolvem áreas de delimitação em que tanto forças quanto armamentos são restritos.

Da força original de 1.335 militares da UNDOF, o Canadá forneceu 230, englobando uma companhia de logística, uma tropa de comunicações e elementos para o quartel-general da UNDOF em Damasco. O Canadá e a Polônia, uma vez mais, compartilharam responsabilidades logísticas (Gaffen, 1987, p. 137-261). O Japão requereu também que o Canadá permitisse sua contribuição com a logística, iniciando, assim, uma forte relação que duraria trinta anos.

O período dinâmico das operações de paz da ONU, entre 1956 e 1974, pode ser considerado parte da “Idade de Ouro” das relações internacionais canadenses e assistiu à criação de nove missões de paz, cinco das quais tinham responsabilidades que iam além do monitoramento. A missão da UNEF de 1956 foi a primeira a interpor-se entre as partes e a *garantir* um cessar-fogo, e não meramente *observá-lo*. Cinco operações de paz durante esse período tiveram responsabilidades envolvendo a facilitação e a supervisão da separação de adversários armados. A Untea foi, além disso, instruída a implantar amplas equipes militares e civis para governar uma região inteira. De fato, esta foi a primeira missão da ONU com tamanhas responsabilidades multidimensionais, e seria seguida, ainda que décadas depois, por outras gigantescas missões multidimensionais, que literalmente administraram países inteiros, enquanto governos viáveis eram preparados para assumir esta responsabilidade.

As páginas precedentes mostraram que o papel do Canadá durante esse período de rápido desenvolvimento das operações de paz foi de liderança. O então Ministro das Relações Exteriores canadense, Lester Pearson, propôs a primeira força de manutenção da paz da ONU e recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços. Generais canadenses comandaram a UNTSO, a UNMOGIP, a UNEF e a Unipom, e soldados canadenses participaram de todas as missões de manutenção da paz da ONU estabelecidas desde a concepção das operações de paz desta organização até o final da Guerra Fria. O Canadá foi a única nação que poderia reivindicar tal recorde de contribuições.

4 O CALMO PERÍODO 1975-1987

Após o estabelecimento da UNDOF, em 1974, que marcou o final de um período dinâmico para as operações de paz da ONU, seguiu-se um calmo período durante o qual a reticência desta organização com relação a novas operações de paz era evidente. De fato, apenas uma nova operação de manutenção da paz foi estabelecida entre 1975

e o final da Guerra Fria, em 1988, ainda que as missões que já estavam em operação tenham sido mantidas. Esta reticência se devia, em parte, não somente às dificuldades financeiras e à recusa de alguns Estados-membros de pagar seus devidos honorários, mas também a um desencantamento emanado da percepção dos limites das operações de paz e do fato de que algumas missões não haviam atingido as expectativas iniciais da ONU. Em particular, a ONUC havia se prendido a uma guerra na qual havia falhado em trazer a paz e a estabilidade ao Congo, e era amplamente aceito que certos critérios tinham de ser alcançados para que uma missão tivesse sucesso – em particular, o consentimento das partes para resolver seus conflitos. Ademais, a única nova missão que foi estabelecida durante esse período estava inundada por turbulências e, de muitas formas, contribuía para este desencantamento.

4.1 Força Interina das Nações Unidas no Líbano

Três missões da ONU no Oriente Médio, a UNTSO, a UNEF II e a UNDOF, ajudaram a reverter a escalada do conflito entre Israel e Egito/Síria, mas foram incapazes de impedir que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) lançasse foguetes e ataques contra Israel a partir do Líbano. Tais ataques proliferaram nos anos 1970 e, em 11 de março de 1978, uma incursão de tropas de forças especiais da OLP matou e feriu muitos israelenses, o que desencadeou a invasão e a ocupação israelense do sul do Líbano, três dias depois. O governo libanês protestou fortemente ao Conselho de Segurança da ONU, que aprovou as Resoluções nº 425 e 426 (ambas de 19 de março de 1978), pedindo a retirada israelense do Líbano e estabelecendo a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Seu mandato era garantir a retirada israelense, restaurar a paz e a segurança e auxiliar o Líbano no restabelecimento de sua autoridade efetiva na região.

Algumas tropas da Unifil estavam posicionadas em 23 de março de 1978. O Canadá concordou em fornecer uma tropa de comunicações para a missão, ainda que somente por seis meses, uma vez que a UNEF II ainda estava em operação, colocando pressão sobre a equipe de comunicações canadense. Em junho, a tropa de comunicações canadense na Unifil somava 120 militares (Gaffen, 1987, p. 154).

Até a presente data, as fatalidades da missão totalizam 277 integrantes de tropa, dois observadores militares, oito civis internacionais e seis civis locais. A força atual da Unifil é de 12.488 militares (ONU, 2011g). Até certo ponto, o aumento das baixas da Unifil, assim como seus inúmeros problemas e limitações, foi responsável pela reticência da ONU em autorizar novas operações de paz entre 1974 e 1987. Houve, certamente, além disso, outros fatores, incluindo-se o contínuo conflito ideológico no Conselho de Segurança da ONU. Em 1988, esta organização viria a superar sua reticência e iniciar um grande e robusto reengajamento com as operações de paz.

5 O RESSURGIMENTO DAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ: 1988-1992

O período de calmaria nas operações de paz da ONU chegou a um fim abrupto em 1988, com a criação de três novas missões, sinalizando o início do renascimento das operações de paz desta organização. Seguiram-se oito novas missões entre 1989 e 1991, com mandatos e responsabilidades ampliados, trazendo o número total de onze novas missões durante esse período. O Canadá viria a participar de todas estas, com exceção de uma.

As três missões iniciadas em 1988 foram todas de observação, ainda que com funções importantes. A Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas no Afeganistão e no Paquistão (UNGOMAP), entre 1988 e 1990, facilitou a retirada da URSS do Afeganistão. A ONU enviou cinquenta observadores militares (Birgisson, 1993, p. 306) para o Afeganistão e o Paquistão, com o objetivo de monitorar a implementação dos acordos para a retirada das tropas soviéticas, sendo que o Canadá forneceu cinco destes (Jockel, 1994, p. 73). A missão teve sucesso em cumprir seu mandato, apesar da grande inquietação e do perigo. Entretanto, infelizmente, a ONU, bem como a comunidade internacional como um todo, perdeu seu foco no Afeganistão depois que as Forças Armadas soviéticas se retiraram. Em retrospectiva, este foi um erro estratégico. O Canadá retornaria ao Afeganistão com um número muito maior de militares após o 11 de Setembro de 2001.

A missão seguinte, o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para o Irã-Iraque (UNIIMOG), foi muito maior que a UNGOMAP. Para complementar a mediação dinâmica do Secretário-Geral da ONU na época, ajudou a pôr fim à bárbara guerra de oito anos entre Irã e Iraque. De 1988 até 1991, monitorou o cessar-fogo mediado pela ONU e, em seu auge, possuía cerca de quatrocentos observadores militares, bem como uma grande unidade de comunicações, composta por 525 pessoas (Smith, 1993, p. 248). A missão estabeleceu e monitorou as linhas de cessar-fogo, investigou violações, supervisionou e confirmou a retirada de todas as forças e supervisionou as trocas de prisioneiros de guerra.

A terceira missão de observação estabelecida em 1988 – possibilitada, igualmente, pelo final da Guerra Fria – foi a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (Unavem I), que supervisionou a retirada das tropas cubanas do país. Esta pequena missão foi a primeira operação de manutenção da paz da ONU na qual o Canadá não participou. Em seu auge, estava composta por cerca de setenta observadores.

A missão seguinte foi lançada em uma escala muito maior. O Grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas (UNTAG) facilitou a descolonização da África do Sudoeste quando este território se tornou a Namíbia, um Estado independente. Para facilitar o processo, a UNTAG funcionou, entre abril de 1989 e março de 1990, como uma operação de paz multidimensional, com importantes responsabilidades.

Claramente, a prevenção das hostilidades entre a África do Sul e a Organização Popular da África do Sudoeste (SWAPO) foi de enorme importância; entretanto, as responsabilidades da UNTAG foram muito além das normalmente realizadas pelas tradicionais forças de manutenção da paz, participando da organização de eleições e ajudando o país a preparar-se para a independência. Tratou-se de uma enorme missão, com 4.493 militares, 1.500 policiais civis, 2 mil funcionários locais e internacionais, bem como cerca de 1 mil funcionários internacionais adicionais, que trabalharam durante as eleições supervisionadas pela ONU (ONU, 2011h). O Canadá contribuiu com 250 integrantes da área de logística, cem policiais, cinquenta observadores eleitorais e um especialista em resultados eleitorais informatizados. O país também doou para a missão US\$ 15 milhões em apoio orçamentário, 4 mil urnas (Brown, 1990, p. 212) e ofereceu dois aviões Hércules para transportar suprimentos para o norte da Namíbia e de Angola quando a missão teve início (Jockel, 1994, p. 73). A UNTAG foi a primeira missão de paz para a qual o Canadá ofereceu policiais; no caso, a Real Polícia Montada do Canadá (Royal Canadian Mounted Police – RCMP).

A próxima operação de paz da ONU, o Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central (Onuca), não deu origem a uma nova nação como fez a UNTAG; no entanto, foi a primeira missão da ONU na América Latina que permitiu que diversas nações se reconstruíssem depois de guerras civis. As hostilidades entre Nicarágua e Honduras com relação à presença em Honduras dos *Contras*, que estavam lançando ataques na Nicarágua, frustraram a implementação do complexo Acordo Esquipulas II, que pedia um cessar das hostilidades, a promoção de eleições livres e o fim do apoio às forças insurgentes. O Onuca foi estabelecido em novembro de 1989 com o objetivo de conduzir a verificação dos esforços de segurança estabelecidos em Esquipulas II. Um dos papéis desta missão foi a desmobilização dos rebeldes *Contras*, o que só pôde ser realizado quando estes concordaram em fazê-lo. Após a derrota do governo sandinista nas eleições do país, em fevereiro de 1990, a disposição dos rebeldes em dispersar parecia próxima e o mandato do Onuca foi por duas vezes estendido para acomodar a desmobilização.

Em seu auge, o Onuca somou 1.195 integrantes. A maior contribuição do Canadá foi composta por 175 integrantes, dos quais 130 faziam parte da unidade aérea (Smith e Durch, 1993, p. 449). A Marinha canadense também foi incorporada em embarcações de patrulha que tinham como objetivo impedir que armas chegassem aos rebeldes. Por quase metade de um ano, o General canadense Lewis Mackenzie serviu como Chefe da Missão.

No conturbado período pós-Guerra Fria, o Canadá contribuiu com números recordes de tropas de manutenção da paz. A Missão de Observação das Nações Unidas Iraque-Kuwait (UNIKOM), entre 1991 e 2003, monitorou uma zona desmilitarizada de 200 quilômetros entre os dois países. O auge da força da UNIKOM foi de 913 integrantes, dos quais o Canadá contribuiu com 301, sendo um

observador militar e trezentos engenheiros (Durch, 1993a, p. 263). Além disso, quinze canadenses foram enviados para a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II (Unavem II), 33 para a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (Minurso) e onze para a Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador – Onusal (Jockel, 1994, p. 74).

Mas a maior missão da ONU em 1991 foi no Camboja, uma nação que havia sido dilacerada por vinte anos de guerra civil. Durante quatro anos (1975-1979), o Khmer Vermelho matou cerca de 2 milhões dos 9 milhões de habitantes do país. Em consonância com o Acordo de Paz de Paris de 1991, a ONU deveria assumir maiores responsabilidades no país devastado pela guerra. Primeiro, o Conselho de Segurança criou a Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC) para auxiliar as quatro partes no Camboja a manterem o cessar-fogo, até que uma missão mais robusta, a Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), fosse instalada. A UNAMIC era composta por 1.090 militares (ONU, 2011i), apoiados por pessoal internacional e local, dos quais o Canadá contribuiu com 103 integrantes. Além de manter o cessar-fogo, esta missão iniciou treinamentos para a educação de civis sobre os riscos das minas terrestres.

A UNTAC, por sua vez, supervisionou um cessar-fogo, que foi mantido apesar das ameaças do Khmer Vermelho, e supervisionou as eleições nacionais, as quais o Khmer Vermelho hesitou em apoiar, mas não sabotou. A UNTAC também foi responsável pela: proteção dos direitos humanos; segurança militar e administração civil; manutenção da lei e da ordem; reinstalação de refugiados; limpeza das minas terrestres; reabilitação da infraestrutura; e reconstrução e desenvolvimento econômicos. Para alcançar isto, a UNTAC possuía sete componentes: militar, policial, de direitos humanos, administração civil, eleitoral, reabilitação e repatriação (Hill e Malik, 1996, p. 75). A UNTAC era composta por 15.991 militares, 3.359 policiais e, durante as eleições, cerca de novecentos especialistas eleitorais internacionais (ONU, 2011j). O Canadá contribuiu com 213 integrantes (Jockel, 1994, p. 75).

As operações de manutenção da paz pareciam ter uma nova vida e, com a criação da Operação da ONU em Moçambique (Onumoz), a ONU havia estabelecido, em apenas cinco anos (1988-1992), o mesmo número de operações de paz que havia criado nos quarenta anos anteriores ao fim da Guerra Fria – ou seja, desde o início das operações de paz (Hill e Malik, 1996, p. 118). Além deste precedente histórico, a Onumoz foi outro grande sucesso, ao livrar Moçambique da guerra civil, com a desmobilização de mais de 76 mil soldados de ambos os lados, um enorme programa de assistência humanitária e eleições democráticas supervisionadas pela ONU, que levaram à inauguração de novo parlamento e nova presidência, em dezembro de 1994 (ONU, 2011j). O Canadá enviou observadores militares e especialistas eleitorais.

As operações de paz estavam em expansão, processo no qual o Canadá continuaria a participar, chegando até mesmo a atingir o auge de sua contribuição: 3.300 integrantes uniformizados em julho de 1993. Para consolidar ainda mais a manutenção da paz na consciência nacional, o Monumento Nacional de Manutenção da Paz (intitulado Reconciliação) foi erguido ao lado da Galeria de Arte Nacional, em Ottawa, e importantes cerimônias de paz são realizadas no monumento.

O Canadá foi, em 1993, assim como na maior parte da Guerra Fria, o maior contribuinte para as forças de manutenção da paz. Foi nesse período, no entanto, que o Canadá compartilhou com a ONU algumas das piores tragédias e retrocessos na história da organização e do país. Parte do desafio era como ajustar o conceito de manutenção da paz tradicional, de forma que este se tornasse aplicável ao contexto dos efetivos militares dos países contribuintes e dos novos e mais brutais ambientes de guerras civis.

Em seu relatório de 1992, intitulado *Agenda para a paz*, o então Secretário-Geral da ONU, Boutros-Ghali definiu as operações de paz como envolvendo “até o presente momento, o consentimento de todas as partes interessadas” (ONU, 1992). Boutros-Ghali previa a necessidade de um desvio do princípio anteriormente aceito de consentimento das partes; a “imposição da paz” seria, então, componente das novas missões para impor um cessar-fogo, tomando-se medidas coercitivas contra qualquer parte que o violasse. Este ambicioso conceito seria, muito em breve, colocado à prova, quando as operações de paz foram desdobradas em três difíceis áreas de conflito: Somália, Ruanda e Iugoslávia.

6 TRAGÉDIA E RETROCESSO: 1992-1996

A exuberância da “imposição” da paz que havia sido apresentada pelo Secretário-Geral da ONU, bem como pelos chefes de Estado dos membros permanentes do Conselho de Segurança desta organização, estava destinada a ser verificada pela realidade abrangente do mundo pós-Guerra Fria. Mesmo considerando que as rivalidades de poder entre blocos estivessem chegando ao fim e que a concorrência ideológica não mais corrompia a comunidade internacional, seria necessária ampla vontade para que as operações de paz fossem capazes de “impor a paz”. A simples chegada das forças de paz em uma zona de conflito não suprimiria a violência se estas fossem mais fracas que as partes envolvidas no conflito.

A missão na Somália seria a primeira a demonstrar isso. Suas capacidades não correspondiam ao seu mandato, na forma mais robusta de manutenção da paz que estava sendo invocada.

A guerra civil que eclodiu na Somália após a queda do então Presidente Siad Barre, em 1991, gerou quase 1 milhão de refugiados e 5 milhões de pessoas famintas. O Secretário-Geral na época organizou negociações entre as facções,

que concordaram em um cessar-fogo monitorado por observadores da ONU. Em 24 de abril de 1992, o Conselho de Segurança estabeleceu a Operação das Nações Unidas na Somália I (Unosom I) para monitorar o cessar-fogo, proteger o pessoal e os suprimentos da ONU, bem como escoltar a entrega de suprimentos humanitários de portos marítimos e aeroportos até os centros de distribuição em Mogadíscio e seus arredores. Nesta ocasião, o Canadá contribuiu com pessoal para o quartel-general da missão.

Infelizmente, intensos combates na Somália obstruíram os esforços de ajuda e, em agosto, o Conselho de Segurança autorizou o envio de 3 mil militares para proteger trabalhadores e funcionários da ajuda humanitária. O Canadá enviou 750 soldados. A situação de fome continuou a agravar-se, assim como os ataques contra funcionários de ajuda humanitária. Em novembro de 1992, os Estados Unidos ofereceram-se para liderar uma operação para garantir a entrega da ajuda humanitária, à qual o Conselho aceitou e onde autorizou, em dezembro de 1992, que se pudesse usar “todos os meios necessários” para apoiar o esforço de assistência. A operação dos Estados Unidos tornou-se conhecida como Força-Tarefa Unificada (UNITAF) e foi composta por contingentes de 24 países, para a qual o Canadá concordou em desdobrar 1.300 soldados (Jung, 2009, p. 60). A força auxiliou enormemente na distribuição de ajuda humanitária em Mogadíscio e arredores, e, no início de 1993, quatorze movimentos políticos somalis concordaram com um cessar-fogo e comprometeram-se a entregar todas as armas para a UNITAF e a Unosom. Assim encorajado, o Conselho de Segurança decidiu, em março de 1993, pela transição da UNITAF para uma nova missão, a Unosom II, dotada de poder de imposição sob a égide do Capítulo VII da Carta (ONU, 2011k). Até nove soldados canadenses serviram simultaneamente nesta missão.

A Unosom II tinha uma tarefa crucial. A UNITAF havia patrulhado menos da metade da Somália, com 37 mil militares, enquanto a Unosom II teria de cobrir toda a Somália com apenas 22 mil capacetes azuis (ONU, 2011). Além disso, as facções somalis não respeitaram o cessar-fogo prometido. As mortes de 24 soldados paquistaneses da Unosom II, as baixas civis em junho de 1993 e, em outubro, o falecimento de dezoito soldados norte-americanos, levaram os Estados Unidos a anunciar sua retirada no início de 1994. A Unosom II foi finalmente encerrada em março de 1995. Era evidente que alimentar a Somália necessitava intervenção robusta contra os senhores da guerra; contudo, a comunidade mundial não estava disposta a sustentar os custos de tal intervenção.

Um sentimento de incrível fracasso assolou as Nações Unidas e a comunidade internacional – em especial, o Canadá. Embora o país tivesse contribuído enormemente com os esforços malsucedidos da ONU na Somália, vários soldados canadenses foram submetidos a julgamento em cortes marciais por torturar

e matar um jovem somali, capturado roubando um acampamento. O governo lançou amplo inquérito sobre os acontecimentos na Somália, mas este inquérito enfrentou obstrução por generais sêniores, incluindo o militar canadense da mais alta patente, que foi compelido a aposentar-se. O relatório final do longo inquérito chocou a nação e o governo reagiu, dissolvendo todo o Regimento Paraquedista (Airborne Regiment). Este foi o primeiro desastre nacional nas operações de paz para o Canadá.

Enquanto a missão na Somália ainda estava em andamento, outra tragédia se formava. A ONU pediu ao Canadá para fornecer o comandante da força para a Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (Unomur). O general de brigada Roméo Dallaire foi escolhido para liderar tanto a Unomur quanto, mais tarde, sua sucessora, a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (Unamir).

Dallaire estabeleceu diligentemente uma missão no coração da África, mas nada poderia tê-lo preparado para as atrocidades que testemunharia. Em cem dias, cerca de 800 mil ruandeses foram massacrados no maior genocídio desde a Segunda Guerra Mundial. No início, Dallaire não conseguiu convencer nem mesmo os oficiais da ONU de que o genocídio estava ocorrendo. Seus pedidos urgentes por reforços foram rejeitados sob pressão norte-americana, britânica, francesa e belga (Jung, 2009, p. 62). Somente o Canadá respondeu aos apelos de seu general e foi a única nação a enviar tropas adicionais para a Unamir, embora os números permanecessem inadequadamente baixos. Ainda assim, o General Dallaire conseguiu salvar a vida de mais de 20 mil pessoas que buscaram refúgio em instalações da ONU. Apesar disso, Dallaire, sentindo-se perturbado e impotente, viria a tentar suicídio mais tarde. Infelizmente, os líderes da ONU levaram muitos anos para assumir qualquer responsabilidade pela tragédia ruandesa, culpando seu Conselho de Segurança reticente, que sofria da “síndrome da Somália”, ou o medo de ampliar demais o mandato da missão. Dallaire recuperou-se, ao final, e hoje está no Senado canadense. Após o final do genocídio, em julho de 1994, a missão de acompanhamento, Unamir II, também foi comandada por um general canadense (Guy Tousignant), mas a missão terminou, a pedido de Ruanda, em 1996.

Como se os desastres na Somália e em Ruanda não fossem suficientes, outro desastre estava à espreita da ONU – e do Canadá; desta vez, na Iugoslávia.

A desintegração da antiga Iugoslávia precipitou a criação da Força de Proteção das Nações Unidas na Ex-Iugoslávia (Unprofor), inicialmente estabelecida pelo Conselho de Segurança em fevereiro de 1992, na Croácia, para criar condições que pudessem promover a paz e a segurança. Neste sentido, esta tinha muitas funções, como a desmilitarização de áreas protegidas das Nações Unidas (Unpas) e o monitoramento do acordo de cessar-fogo entre a Croácia e as autoridades sérvias locais. Quando o conflito se intensificou e a guerra civil eclodiu na Bósnia-Herzegovina, o

Primeiro-Ministro canadense Brian Mulroney esteve entre os primeiros a pedirem resposta internacional. O Conselho ampliou, posteriormente, o mandato da Unprofor para incluir a contenção da guerra civil na Bósnia e continuou a incluir várias diferentes tarefas para a missão, como a escolta de comboios de ajuda humanitária e a proteção das “áreas seguras”. Infelizmente, faltou à missão da ONU, mais uma vez, a capacidade de executar seu mandato, que constantemente se expandia, especialmente na direção da imposição da paz sobre aqueles que desejavam a guerra.

Os 1.200 soldados canadenses na Bósnia foram repetidamente expostos a tiroteios e a Unprofor, como um todo, foi ameaçada. A força foi autorizada a solicitar suporte aéreo de aeronaves da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) quando atacada, o que levou sérvios bósnios a tomarem 150 funcionários da ONU como reféns. Em resposta a possíveis futuros ataques aéreos, 370 soldados das Nações Unidas, incluindo canadenses, foram sequestrados e usados como escudos humanos para proteger equipamentos militares (Jung, 2009, p. 64). Em junho de 1995, os sérvios invadiram áreas de segurança da ONU, ignorando unidades da Unprofor subcapacitadas e matando muçulmanos. Na Área Protegida de Srebrenica, os canadenses haviam entregue a responsabilidade às Forças Armadas dos Países Baixos, que se retiraram após extrema intimidação por parte das Forças sérvias, as quais iniciaram, então, massacre de 7 mil muçulmanos. A ONU aprovou, em seguida, uma campanha aérea massiva da OTAN contra as Forças Armadas sérvias, o que finalmente levou os sérvios à mesa de negociação, resultando nos Acordos de Paz de Dayton, em dezembro de 1995. Estes foram impostos por pressão da OTAN, com uma força de 50 mil integrantes, chamada Força de Implementação (Ifor), seguida, um ano depois, pela Força de Estabilização (SFOR), liderada por esta organização, para a qual o Canadá contribuiu com mais de 1 mil soldados (*op. cit.*, p. 65). As missões I/SFOR da OTAN asseguraram a paz na Bósnia, uma vez que os sérvios sabiam que desafiar a Ifor lhes traria graves e destrutivas consequências, de maneira diferente do desafio à Unprofor, que só tinha precipitado insignificantes resoluções do Conselho de Segurança da ONU, as quais as missões desta organização haviam sido incapazes de cumprir.

A Unprofor, a Unosom e até mesmo a Unamir haviam, assim, sofrido o mesmo problema – mandato ambicioso para uma força da ONU com recursos insuficientes para implementá-lo.

A participação na Unprofor e seu acompanhamento em operações foi outro golpe à percepção das operações de manutenção de paz canadenses, somando-se à angústia pessoal que *peacekeepers* sentiram após os desastres na Somália e em Ruanda. Entretanto, em 1992, cerca de 4 mil canadenses ainda estavam a serviço das Nações Unidas (Jung, 2009, p. 69); assim, o centésimo maior exército do mundo

estava contribuindo com 10% de todas as forças de manutenção da paz da ONU. Nenhum Estado-membro desta organização podia igualar a contínua contribuição do Canadá para as operações de paz, embora o país viesse a questionar, em breve, seu entusiasmo com a atividade.

A repercussão das missões na Somália, em Ruanda e na Iugoslávia não poderia ser evitada, nem pelo Canadá nem pela ONU. Tinha de haver consequências.

E isso aconteceu rapidamente. Em meados de 1996, as operações de paz da ONU tinham sido consideravelmente reduzidas. Apenas 26 mil capacetes azuis permaneceram em campo, contra 70 mil no ano anterior. O número despencou ainda mais em 1998, quando a pequena quantia de 15 mil capacetes azuis (Jung, 2009, p. 76) permaneceu desdobrada.

Até mesmo o Canadá fez parte dessa crise, e não somente pelas mesmas razões que o restante dos membros da ONU, que ainda se debatiam com os reveses recentes. Outros elementos entraram na fórmula do Canadá: a crescente dívida nacional do país e a necessidade urgente de reduzir seu déficit anual, o que levou a cortes maciços nos gastos de defesa. A necessidade de contenção fiscal – com a preocupação com os custos emocionais das operações de paz e seus impactos nos militares – inclinou o governo canadense a retirar suas forças de paz e, em 1997, somente 254 canadenses (*op. cit.*, p. 78) ainda usavam o capacete azul. A nação que outrora contribuiu com 10% de toda a força de paz agora contribuía com apenas 1%.

7 O DECLÍNIO CANADENSE: 1996-2006

As operações de manutenção de paz da ONU, no entanto, viriam inevitavelmente a ganhar importância no cenário internacional, embora a contribuição do Canadá não viesse a acompanhar tal recuperação. As novas operações desta organização estabelecidas no final dos anos 1990 eram relativamente pequenas e com escopo limitado, mas a recuperação da ONU estava certamente em curso e tornar-se-ia fenomenal no século XXI.

Um grande teste veio em 1999 no Kosovo. A comunidade mundial não podia ignorar a limpeza étnica praticada pelo líder sérvio Slobodan Milošević. A OTAN foi a primeira a agir. Quando as negociações de paz falharam em alcançar uma solução, a aliança decidiu intervir pela força, até mesmo sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, que esbarrou na oposição russa. O Canadá participou desta missão, na ausência de mandato da ONU, com o objetivo de salvar vidas. Determinado a garantir que Kosovo não se tornasse outra Bósnia, o Canadá contribuiu com uma campanha aérea massiva, em março de 1999. Apesar de fornecer apenas 2% das aeronaves, o Canadá realizou cerca de 10% das

missões de patrulha (Jung, 2009, p. 86), ainda que tenha participado apenas de número marginal de missões de combate, devido à insuficiência e à obsolescência de suas armas e munições.

Quando a campanha aérea terminou, o Conselho de Segurança estabeleceu a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kossovo (UNMIK) para reconstruir e administrar a província. Mas à OTAN foi dada a missão militar de “apoiar a paz” – para usar a terminologia desta organização –, criando a Força do Kossovo (KFOR). O Canadá contribuiu com 1.450 soldados para a KFOR e também com equipamentos avançados, como o blindado de reconhecimento Coyote (Dorn, 2011, p. 147-149).

O final dos anos 1990 também assistiu a uma série de missões no Haiti, que ajudaram a trazer estabilidade temporária e alguma lei e ordem para o problemático país. Estas incluíam a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), no período 1993-1996; a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), no período 1996-1997; a Missão Transitória das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), em 1997; e a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), no período 1997-2000. O Canadá forneceu entre quinhentos e seiscentos militares para a UNMIH e a UNSMIH e foi recompensado com a posição de *force commander* da UNTMIH. Mais de seiscentos policiais canadenses (RCMP, 2001, p. 11) serviram no Haiti entre 1994 e 2001, tanto para treinamento quanto para a assistência técnica da Polícia Nacional Haitiana.

O Canadá também enviou policiais para servirem na Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (Minugua), em 1997, projetada para verificar o acordo entre a Guatemala e os revolucionários guatemaltecos. Em 1999, mais policiais canadenses serviram na Missão de Observação das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), que observou o cessar-fogo e o desengajamento entre as Forças Armadas da República Democrática do Congo e de cinco países da região.

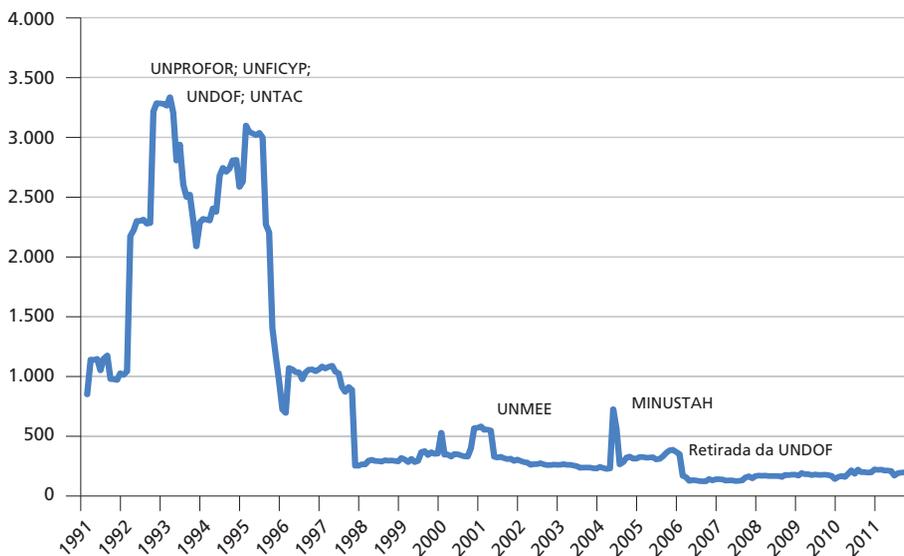
A Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor-Leste (UNAMET), criada em 1999, fez uso tanto da polícia canadense quanto de seus civis, mas não dos militares. A missão supervisionou o bem-sucedido referendo em 30 de agosto, data em que o povo timorense votou a favor da independência. Entretanto, a Indonésia, em seguida, instituiu um reinado de terror sobre os timorenses, que só terminou mediante grande pressão internacional e com a autorização da entrada na meia ilha da Força Internacional para o Timor-Leste (INTERFET), liderada pelos australianos. O Canadá desdobrou tropas para esta missão sob o mandato da ONU, embora com velocidade embaraçosamente lenta – em razão de contratempos em um navio durante sua travessia do Pacífico. Os canadenses foram

enviados para uma parte difícil da ilha, na província fronteira com o Timor Ocidental indonésio. O Canadá também contribuiu com a missão subsequente, a Administração Transitória das Nações Unidas no Timor-Leste (UNTAET), que realmente governou o país até que os líderes recém-eleitos pudessem assumir a responsabilidade pelo governo, dois anos depois.

O declínio das contribuições canadenses pós-1995 pode ser visto no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Tamanho do contingente canadense – militar e policial – desdobrado nas operações de paz da ONU



Fonte: dados brutos recolhidos pelos autores a partir de arquivos do United Nations Department of Peacekeeping Operations. Elaboração dos autores.

A OTAN assumiu as tarefas das operações de paz na Bósnia, em 1996, e o Canadá enviou a maioria de seus soldados desdobrados para esta organização, e não para a ONU. Da mesma forma, as operações de paz da ONU reduziram-se a um número pequeno. Foi somente com a emergência do novo século que a organização mundial notou duas ondas de demanda por suas missões. O Canadá, como a maioria dos países do mundo desenvolvido, não participou destas ondas. Manteve cerca de duzentos militares (pessoal de logística) nas Colinas de Golá (UNDOF) e enviou forças em dois curtos períodos. Um destes foi como parte da Missão das Nações Unidas na Etiópia-Eritreia (UNMEE), em que veículos de reconhecimento Coyote canadenses provaram seu valor no monitoramento de movimentos do outro lado da zona de segurança temporária. A outra onda se deu com relação ao Haiti, após a saída do na época Presidente Jean-Bertrand Aristide.

As Forças canadenses foram desdobradas com as norte-americanas e, em seguida, postas sob o comando da ONU como forças de paz, na medida em que as forças dos Estados Unidos estavam sendo retiradas.

No novo século, os governos liberais de Jean Chrétien e Paul Martin olharam favoravelmente para as operações de paz, mas os militares não o fizeram. Feridos pelas experiências das operações de paz da ONU na Bósnia, na Somália e em Ruanda, muitos oficiais sêniores preferiram servir sob a OTAN. Em seguida, após os ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, o Canadá começou seu envolvimento de uma década no Afeganistão, dando ao Departamento de Defesa Nacional uma desculpa para não atuar com a ONU. Sobretudo após a substancial atuação do Canadá em Kandahar, em 2006, o Afeganistão tornou-se a principal preocupação das Forças canadenses. O Canadá transformou-se, na verdade, em um exército com apenas uma missão.

8 O GOVERNO CONSERVADOR E O LEGADO LIBERAL

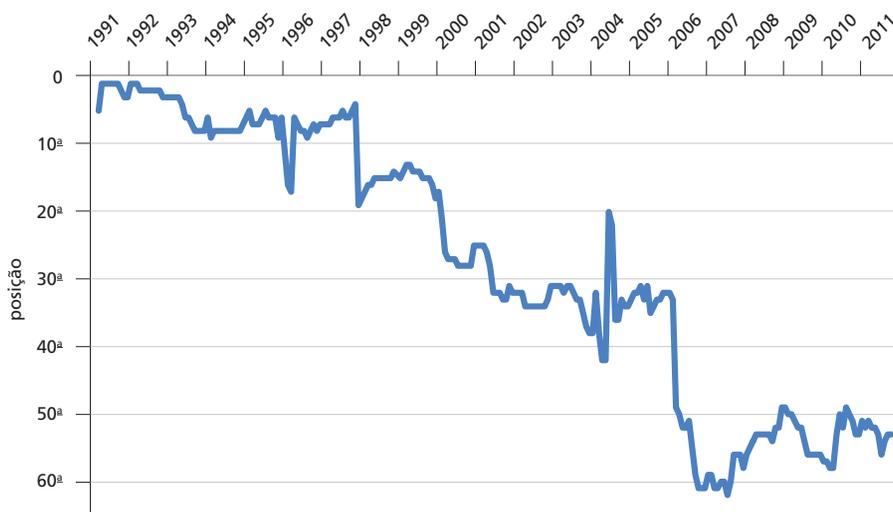
Essa mudança para uma missão de contrainsurgência e contraterrorismo se adequou ao recém-eleito governo conservador, em 2006, de Stephen Harper. Este não compartilhava o sentido de posse das operações de paz pearsonianas do Partido Liberal. Pelo contrário, identificava-se com a missão de combate canadense no sul do Afeganistão. Dois meses após a chegada ao poder, em janeiro de 2006, ele retirou os mais de duzentos militares canadenses servindo nas Colinas de Golá. Isto levou o Canadá a uma nova baixa em sua contribuição, restando apenas cerca de sessenta militares canadenses atuando em operações de paz da ONU, enquanto, no Afeganistão, as contribuições para a missão da OTAN subiram para quase 3 mil. A contribuição de tropas canadenses permaneceu neste nível durante toda a operação em Kandahar (2006-2011).

A necessidade de policiais, no entanto, aumentou nas missões da ONU – em especial, no Haiti. Assim, o Canadá encontrou-se na incomum posição de fornecer mais policiais que soldados para as missões de manutenção da paz desta organização. A ONU também contou com o Canadá para fornecer os sucessivos comissários de polícia para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), que carregava a responsabilidade de supervisionar os 2 mil policiais da MINUSTAH e de exercer forte influência sobre milhares de pessoas na Polícia Nacional Haitiana.

Até mesmo com a contribuição policial, o número de canadenses uniformizados nas operações de paz permaneceu pequeno. O Canadá caiu para 60º no *ranking*, muito abaixo de sua antiga primeira posição, como se observa no gráfico 2.

GRÁFICO 2

Posição ocupada pelo Canadá entre os Estados contribuintes com as operações de paz da ONU

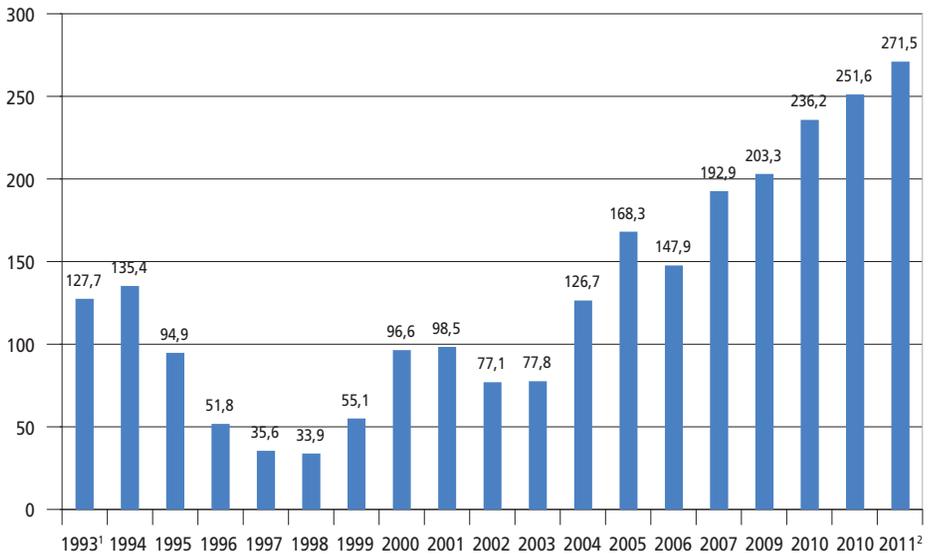


Fonte: dados brutos recolhidos pelos autores a partir de arquivos do United Nations Department of Peacekeeping Operations.

Mesmo com o número de pessoal uniformizado permanecendo pequeno até o presente, o legado das operações de paz do Canadá foi mantido de algumas maneiras. Uma delas foi a financeira. O Canadá continuou a ser o oitavo maior contribuinte financeiro. Este não foi um ato de benevolência, mas uma exigência no âmbito dos sistemas de avaliações nacionais das Nações Unidas – de acordo com o tamanho do produto interno bruto (PIB). O Canadá poderia ostentar, no entanto, que pagou suas dívidas “na íntegra, em tempo e sem ressalvas”, ao contrário de seu vizinho ao sul. Alguns dados dos pagamentos canadenses para o orçamento das operações de paz da ONU são mostrados no gráfico 3.

GRÁFICO 3

Contribuições canadenses para o orçamento das operações de paz
(Em US\$ milhões)



Elaboração de Bill Richardson com base em dados dos *Public Accounts of Canada*, volume II, para o período 1993-2010.

Notas: ¹ Os dados de 1993 referem-se aos anos fiscais do período 1993-1994.

² O dado de 2011 é uma estimativa, tal como consta em *DFAIT report on plans and priorities*.

O Canadá continuou a presidir o Grupo de Trabalho do Comitê Especial sobre Operações de Paz da ONU (Comitê dos 34 – C34), indicando o número original de membros, que, em 2006, havia aumentado para 124. O Canadá havia assumido este papel décadas atrás, e o governo conservador não era tão hostil às Nações Unidas a ponto de evitar esta responsabilidade.

Entretanto, na sede da ONU a presença militar canadense sumiu do radar. Em 2007, não havia nenhum oficial canadense no gabinete do Conselheiro Militar na sede desta organização, embora mais de cinquenta outros países tivessem destacado um ou mais oficiais para o ofício. Isto foi ligeiramente corrigido somente em 2010, quando um coronel canadense assumiu a liderança do Serviço de Planejamento Militar na sede da ONU.

Além disso, o conselheiro militar da Missão Permanente do Canadá nas Nações Unidas foi eleito como o “decano” entre a comunidade dos conselheiros militares e policiais (MPAC), em Nova Iorque. Esta foi uma homenagem ao Coronel Christopher Simonds, bem como um tributo à reputação duradoura que o Canadá havia conquistado.

9 RESUMO E CONCLUSÃO

Através da história das operações de paz, o Canadá forneceu funcionários-chave para acompanharem a evolução das operações de paz. A lista começa com Lester Pearson, apropriadamente chamado de “pai das forças de manutenção da paz da ONU”, e inclui muitos comandantes destas forças – do General Angle, que morreu em serviço na Caxemira (1950), aos generais Burns, o primeiro Comandante da UNEF I, em 1956, e Dallaire, que foi aclamado nacional e internacionalmente por seus meticulosos esforços no enfrentamento da avalanche que foi o genocídio ruandês. Mais tarde, o General Robin Gagnon demonstrou forte princípio moral ao liderar a missão da ONU no Haiti (UNTMIH), ameaçando até mesmo se demitir se os interesses do povo haitiano não fossem colocados em primeiro lugar.

Não apenas generais canadenses fizeram sacrifícios pessoais para conduzir missões de manutenção da paz, mas também muitos soldados perderam suas vidas na atividade. A lista de fatalidades canadenses por missão é fornecida na tabela 1.

TABELA 1
Baixas canadenses em operações de paz (1948-2010)

Missão	Fatalidades
Escritório do Coordenador Humanitário no Iraque (UNOHCI)	2
Missão de Assistência da ONU para Ruanda (Unamir)	1
Força das Nações Unidas de Observação da Separação (UNDOF)	4
Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF)	53
Administração Interina da Nações Unidas no Kosovo (UNMIK)	2
Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão (UNMOGIP)	1
Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH)	1
Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC)	3
Operação das Nações Unidas na Somália (Unosom)	1
Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC)	1
Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP)	28
Força de Desdobramento Preventivo da ONU (UNPREDEP)	1
Força de Proteção das Nações Unidas na Ex-Iugoslávia (Unprofor)	11
Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)	9
Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC)	1
Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO)	2
Total	121

Elaboração dos autores.

Até 2003, o Canadá era o país que tinha perdido o maior número de militares – sendo, então, ultrapassado pela Índia –, honra duvidosa, mas que indica história de comprometimento. O Canadá foi o único país a contribuir com todas as operações de paz da ONU durante a Guerra Fria e manteve posição de liderança até meados dos anos 1990, antes de o número de tropas desta organização e do Canadá caírem vertiginosamente.

No século XXI, as Nações Unidas já enviaram mais capacetes azuis aos locais de conflito do mundo que em qualquer outro momento na história da organização. O número de capacetes azuis em campo cresceu mais de cinco vezes desde 2000. Com mais de 100 mil militares e policiais agora servindo em dezesseis operações de paz conduzidas pela ONU, a organização emprega e apoia, atualmente, mais tropas em campanha que qualquer outro ator no mundo, à exceção do Departamento de Defesa dos Estados Unidos – sendo mais presente que Reino Unido, França, China e Rússia juntos. No entanto, enquanto a demanda por forças de paz das Nações Unidas nunca foi maior, as contribuições de pessoal por parte do Canadá permanecem baixas, apenas cerca de quarenta militares, o que deslocou o Canadá do primeiro para o 53º lugar no *ranking* de contribuintes (gráfico 2).

Desde 1999, o número e o tamanho das missões da ONU têm crescido dramaticamente. As missões desta organização são, hoje, mais robustas, multifacetadas e complexas. O aumento na demanda por operações de paz tem sido mais notável na África, onde mais de 72 mil soldados estão hoje atuando, em lugares como Sudão do Sul, Darfur, República Democrática do Congo, Côte d’Ivoire e Libéria. A expectativa é que a demanda por operações de paz, em especial por parte da ONU, aumente nos próximos anos. Algumas missões atuais não possuem sequer o nível de tropas requerido pelo Conselho de Segurança da ONU. Contribuições por parte de países com experiência em operações de paz e capacidades militares e logísticas avançadas, como o Canadá, são muito necessárias para reduzir a sobrecarga operacional.

Pesquisas de opinião pública mostram que os canadenses veem as operações de paz como a mais importante contribuição do Canadá para o mundo (gráfico 4). O governo não tem acompanhado o parecer do seu próprio povo nem a percepção do Canadá na comunidade internacional.

GRÁFICO 4

Pesquisa de opinião pública canadense mostrando a percepção sobre as contribuições mais positivas do Canadá para o mundo

(Em %)



Fonte: Environics (2008).

No século XXI, o Canadá mantém presença pequena em várias operações de paz em todo o mundo, sejam estas ou não da ONU, mas o grande esforço militar do país tem sido dedicado à guerra no Afeganistão. Enquanto as contribuições em dinheiro do Canadá para o orçamento das operações de paz desta organização, definidas por tratado, cresceram em paralelo ao crescimento das próprias operações de paz, sua contribuição de pessoal militar entrou em colapso (gráfico 1). Uma vez fornecedor de cerca de 3.300 soldados mantenedores da paz, o Canadá agora contribui com apenas 57 soldados e especialistas militares. Desde 2006, a contribuição policial do Canadá tem superado suas contribuições militares, alcançando hoje o número de 180 homens e mulheres.

Embora tenha havido diminuição das contribuições dos governos para as operações de paz da ONU ao final da década de 1990, alguns países ocidentais voltaram a engajar-se nestas operações no início do século XXI. Países como França, Alemanha e Itália atuam hoje como multiplicadores da força, contribuindo com avançadas capacidades militares, em apoio aos principais países contribuintes de tropas, como Índia, Bangladesh e Paquistão. Enquanto uma potência média com nenhuma ameaça externa significativa para suas fronteiras, o Canadá deveria estar interessado primariamente no fortalecimento do sistema multilateral.

Durante a Guerra Fria, o país havia participado de quase todas as missões de manutenção da paz da ONU. Apesar de recentes reengajamentos por parte de alguns dos seus aliados na OTAN, a contribuição do Canadá para as operações de paz no século XXI continua sendo mínima.

O futuro ainda é brilhante, no entanto. O Canadá possui um exército profissional bem treinado e experiente, bilíngue e multidimensional. Nas mentes de muitos canadenses, o país foi e sempre será o principal *peacekeeper*.

REFERÊNCIAS

BIRGISSON, K. T. UN Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan. *In*: DURCH, W. J. (Org.). **The evolution of UN peacekeeping: case studies and comparative analysis**. New York: St. Martin's Press, 1993. p. 299-313.

BROWN, C. Canada and Southern Africa 1989: autonomy, image and capacity in foreign policy. *In*: MOLOT, M. A.; HAMPSON, F. O. **Canada among nations 1989: the challenge of change**. Ottawa: Carleton University Press, 1990. p. 207-224.

DORN, A. W. Canadian peacekeeping: proud tradition, strong future? **Canadian Foreign Policy**, v. 12, n. 2, p. 7-32, Fall 2005. Disponível em: <<http://walterdorn.org/pub/32>>.

_____. **Keeping Watch: monitoring, technology, and innovation in UN peace operations**. Tokyo: United Nations University, 2011.

DURCH, W. J. The Iraq-Kuwait Observation Mission. *In*: DURCH, W. J. (Org.). **The evolution of UN peacekeeping: case studies and comparative analysis**. New York: St. Martin's Press, 1993a. p. 258-271.

_____. United Nations Temporary Executive Authority. *In*: _____. **The evolution of UN peacekeeping: case studies and comparative analysis**. New York: St. Martin's Press, 1993b. p. 285-298.

ENVIRONICS. **The Canada's world poll**. Toronto, Jan. 2008.

GAFFEN, F. **In the eye of the storm: a history of Canadian peacekeeping**. Toronto: Deneau & Wayne, 1987.

GORDON, J. K. The UN in Cyprus. **International Journal**, v. 19, n. 3, p. 326-348, Summer 1964.

HILL, S. M.; MALIK, S. P. **Peacekeeping and the United Nations**. Brookfield: Dartmouth, 1996.

JOCKEL, J. T. **Canada and international peacekeeping**. Washington: CSIS, 1994.

JUNG, K. **Of peace and power**: promoting Canadian interests through peacekeeping. Frankfurt: Peter Lang, 2009.

MAYER, P. Peacekeeping in the Congo: the operation at Liembe. The Canadian Guardsman. 1965. *In*: HORN, B.; HARRIS, S. (Orgs.). **Warrior Chiefs**: perspectives on senior Canadian military leaders. Toronto: Dundurn Press, 2011.

MILBERRY, L. **The RCAF and CF Air Command**: 1924-1984. Toronto: CANAV Books, 1984.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Incoming code cable**. New York, 13 July 1958.

_____. **Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Cyprus**. New York, Dec. 1974.

_____. **An Agenda for Peace**. New York, 17 June 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>.

_____. **UNMOGIP Background**. New York, 2011a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmogip/background.shtml>>.

_____. **Republic of the Congo: ONUC background**. New York, 2011b. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/onucB.htm>>.

_____. **Republic of the Congo: ONUC facts and figures**. New York, 2011c. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onucF.html>>.

_____. **UNFICYP**: United Nations Peacekeeping Force in Cyprus, UNFICYP background. New York, 2011d. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unficyp/background.html>>.

_____. **Middle East**: UNEF II background. New York, 2011e. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unef2backgr2.html>>.

_____. **UNDOF background**, under paragraph titled “UNDOF activities”. New York, 2011f. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/undof/background.shtml>>.

_____. **Unifil facts and figures**, under paragraph titled “strength”. New York, 2011g. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unifil/facts.shtml>>.

_____. **Namibia-UNTAG, facts and figures**, under paragraph titled “strength – maximum strength”. New York, 2011h. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/untagF.htm>>.

_____. **Cambodia-UNAMIC, facts and figures**, under paragraph titled “strength-maximum deployment, March 1992”. New York, 2011i. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unamicfacts.html>>.

_____. **Cambodia: UNTAC, facts and figures**, under paragraph titled “strength – maximum deployment”. New York, 2011j. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/untacfacts.html>.

_____. **Somalia: Unosom I, background**, under paragraph titled “Transition to Unosom II”. New York, 2011k. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unosom1backgr2.html>>.

_____. **Somalia: Unosom II, background**, under paragraph titled “summary”. New York, 2011l. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unosom2backgr1.html>>.

PEARSON, L. B. **The crisis in the Middle East**: October-December, 1956. Ottawa: Queen’s Printer, 1957, p. 9-10.

RCMP – ROYAL CANADIAN MOUNTED POLICE. **Peacekeeping**: 2000-2001 annual review. Ottawa: RCMP, 2001.

SMITH, B. D. United Nations Iran-Iraq military observer group. *In*: DURCH, W. J. (Org.). **The evolution of UN peacekeeping**: case studies and comparative analysis. New York: St. Martin’s Press, 1993a. p. 237-257.

SMITH, B. D.; DURCH, W. J. UN observer group in Central America. *In*: DURCH, W. J. (Org.). **The evolution of UN peacekeeping**: case studies and comparative analysis. New York: St. Martin’s Press, 1993b. p. 436-462.

TAYLOR, A.; COX, D.; GRANATSTEIN, J. L. **Peacekeeping**: international challenge and Canadian Response. Ottawa: Canadian Institute of International Affairs, 1968.

THANT, U. **View from the UN**. London: David & Charles, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANADA. Department of National Defense. Directorate of History and Heritage. **Operation constable**: United Nations transition mission in Haiti. Ottawa, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cmp-cpm.forces.gc.ca/dhh-dhp/od-bdo/di-ri-eng.asp?IntlOpId=309&CdnOpId=379>>.

DURCH, W. J. (Org.). **The evolution of UN peacekeeping**: case studies and comparative analysis. New York: St. Martin’s Press, 1993.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations, Mozambique**: Onumoz, background. New York, 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/OnumozS.htm>>.